



Natal 23

X

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

PERNAMBUCO

PROC. N.º TRT 733/75

DISSÍDIO COLETIVO

DISTRIBUIÇÃO

Suscitante SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE
MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓ-
LEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ADVOGADO - EDSON LEMOS DE LUCENA

Suscitado(s) NORTE GÁS BUTANO S/A

ADVOGADO - TÚLIO AUGUSTO FERNANDES DE
OLIVEIRA

Procedência NATAL - RN

22/09/76

Relator Juiz EDGAR LACERDA

Delegada CLÓVIS VALENÇA

JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

Junta de Conciliação e Julgamento de... Natal...

PROC. N.º.....J.C.J. 13.72.....

Reclamação

75

DIST. N.º

AUDIÊNCIAS

RECTE.: Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de minérios, combustíveis minerais e solventes
A D V.: de Petróleo no Estado do R.N.
RECDO.: Norte Gás Butano S.A.
A D V.:
OBJETO.: Dissídio Coletivo

08.08.75 - 13:40
22/08-75 13:30
05/09/75 13:30
12/09/75 13:40

Valor 00

AUTUAÇÃO

Aos.....dias do mês de agosto
de 1975, nesta cidade de... Natal RN
e na Secretaria desta Junta de Conciliação e Julgamento,
autuo a... reclamação que se segue.

Chefe de Secretaria



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS
MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Fundado em 28 de Agosto de 1955, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho e
em 28 de Setembro de 1956, Sob. N.º 163,469

SEDE PROVISÓRIA — Rua Jessé Freire, 32 - Potilândia

CGC 08 039 125/001

NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Tribunal Regional do Trabalho	
6ª REGIÃO	
Protocolo	-
Livro	C 426-1
Proc.	437 classe a-27
Recife,	18. 06. 45
<i>Clotilde Rencina</i>	
ENC. DO PROTOCOLO	

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com sede na cidade de Natal, na Praça André de Albuquerque nº 4, entidade devidamente reconhecida, por seu representante legal no final assinado, estando autorizado por sua Assembléia Geral, conforme cópia de ata anexa, vem por meio desta representação, na forma do disposto nos arts. 856 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, promover o presente Dissídio Coletivo e requerer a instauração da instância contra a empresa NORTE GAS BUTANO S/A, distribuidora de gás liquefeito de petróleo, com endereço em Natal, à Av. Rio Branco, 608, para o que alega o seguinte:

1. O promovente firmou acordo salarial com as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo, cujo acordo vigorou de 1º de setembro de 1973 a 31 de agosto de 1974. Entre as empresas que firmaram o acordo encontrava-se a HELILOGAS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA.

2. No dia 31 de dezembro de 1973, em plena vigência do acordo salarial, a empresa HELILOGAS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA foi adquirida pela NORTE GAS BUTANO S/A.

3. Em 13 de novembro de 1974, pela Resolução nº 283/74, o Conselho Nacional de Política Salarial autorizou o reajuste salarial dos empregados das empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo, à taxa de 29/86% (vinte e nove inteiros e oitenta e seis centésimos por cento), a ser aplicada sobre os salários-base de setembro de 1973 e devendo vigorar de 1º de setembro de 1974 a 31 de agosto de 1975.

EM BRANCO



SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Fundado em 28 de Agosto de 1955, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho e em 28 de Setembro de 1956, Sob. N.º 163,469

SEDE PROVISÓRIA — Rua Jessé Freire, 32 - Potilândia

CGC 08 039 125/001

NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

Fl. 02

4. O Sindicato promovente, através da Delegacia Regional do Trabalho em Natal, tentou junto à empresa NORTE GÁS BUTANO S/A firmar novo acordo salarial, aplicando o índice de reajustamento autorizado pelo órgão governamental competente.

5. A empresa requerida recusou-se a conceder o reajustamento pleiteado pela categoria profissional, sob o fundamento de que nunca firmara acordo com este Sindicato e que inexistia sucessão trabalhista.

6. Diante do exposto, os suscitantes requerem a notificação da suscitada para a audiência de conciliação, para a qual o promovente propõe a observância do percentual autorizado pelo Conselho Nacional de Política Salarial.

7. Não havendo acordo, espera o promovente que cumpridas as formalidades legais, seja o dissídio julgado procedente, decretado o aumento nos salários dos empregados da suscitada em Natal, na base de 29,86% (vinte e nove inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) do salário em vigor em setembro de 1973, a partir de 1º de setembro de 1974, compensados os aumentos espontâneos que tiverem sido concedidos pela suscitada.

8. Protestando por todo o gênero de provas,

P. Deferimento.

Natal, 08 de junho de 1975


JOSE PINTO RODRIGUES

- Presidente -

ANEXO: - Processo do Ministério do Trabalho
- Acordo de revisão salarial de 10-10-73
- Cópia autêntica da Ata
- Exemplar do jornal com Edital.
- Certidão da Delegacia Regional do Trabalho

EM BRANCO



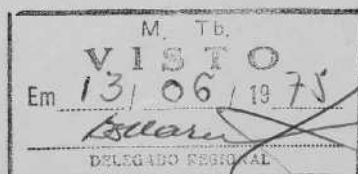
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
Delegacia Regional do Trabalho no Rio Grande do Norte

C E R T I D Ã O

[illegible]

DRT. Natal-RN., 13 de junho de 1975.

GASPAR NOBRE
Chefe da Seção de Fiscalização.



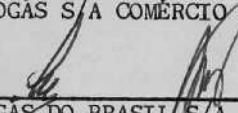
ACÓRDO DE REVISÃO SALARIAL

Térmo do Acôrdio celebrado entre as partes, de um lado as companhias distribuidoras de gás (G.L.P.) - HELIOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, PIBIGÁS DO BRASIL S/A e CIA. ULTRAGAZ S/A, cujos empregados sejam ou possam vir a ser associados do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO RIO GRANDE DO NORTE, e de outro lado o referido SINDICATO neste ato representado por seu Presidente, para reajuste salarial dos empregados das referidas Companhias, mediante cláusulas abaixo especificadas:

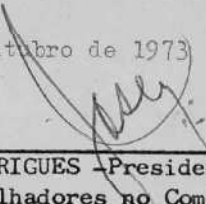
- I. - As Empresas signatárias concedem a todos os empregados da categoria profissional representada pelo Sindicato signatário, um aumento geral de salário de 18% (dezoito por cento) sobre o salário resultante da aplicação do Acôrdio Coletivo assinado em 1º de setembro de 1972;
- II. - Para os empregados admitidos após a data-base, o aumento salarial de que trata o item "I" deste, será rateado na proporção de 1/12 (um doze avos) de 18% por mês de serviço, completado até 31/8/73, mas de modo que tais empregados não passem a perceber salários mais elevados que os da mesma função e mais antigos na Empresa;
- III. - Serão compensados todos os eventuais aumentos de caráter geral havidos a partir da data-base, excetuados ou decorrentes de promoção, maioridade, equiparação salarial e transferência;
- IV. - As alterações salariais decorrentes do presente Acôrdio serão anotadas nas Carteiras Profissionais dos empregados, na forma da lei;
- V. - Na primeira Folha de Pagamento pertinente ao reajuste, as Empresas farão o desconto de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) de cada empregado, importância esta que será entregue ao respectivo Sindicato, a fim de que este aplique esse numerário em favor de obras assistenciais, colônias de férias ou compra de sede própria;
- VI. - Em caso de não observância de qualquer dos dispositivos constantes do presente acôrdio, obrigara as Empresas convenientes a pagar uma multa no valor de dois salários mínimos da Região ao Sindicato profissional da categoria, e quando, por parte dos empregados, este último se obrigará a pagar às Empresas um salário mínimo da Região (Art. 614 da CLT, item VIII).
- VII. - O prazo de vigência do presente Acôrdio é de 1 (um) ano, a iniciar-se em 1º de setembro de 1973.

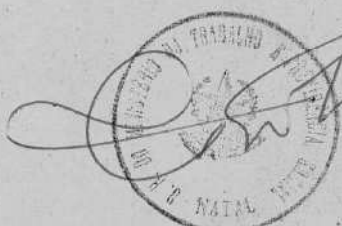
Natal, 10 de outubro de 1973


HELIOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA


PIBIGÁS DO BRASIL S/A


CIA. ULTRAGAZ S/A


JOSÉ PINTO RODRIGUES - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Rio Grande do Norte.





SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Fundado em 28 de Agosto de 1955, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho e em 28 de Setembro de 1956, Sob. N.º 163.469

SEDE PROVISÓRIA — Rua Jessé Freire, 32 - Potilândia

CGC 08 039 125/001

NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

COPIA AUTÊNTICA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1975.

Aos 08 (oito) dias do mês de junho de 1975 (mil novecentos e setenta e cinco) às 10:00 (dez) horas na Casa do Trabalhador à Praça André de Albuquerque, 4 - nesta cidade, reuniram-se em segunda convocação com o comparecimento de 29 (vinte e nove) associados que assinaram o livro de presença à Assembléia Geral Extraordinária deste Sindicato. Composta a mesa Diretora com os Srs. José Pinto Rodrigues, Tarcísio Elói de Andrade e Luiz Célio de Souza respectivamente Presidente, Secretário e Tesoureiro deste Sindicato, tendo ainda servido como Escrutinadores os companheiros, Francisco de Assis Azevedo e Aleixo Belarmino de Luna. Foi instalada a Assembléia pelo Secretário da Entidade, foi lido o Edital de convocação o qual foi publicado a Natal capital do Estado do Rio Grande do Norte em um dos maiores jornais de circulação de nosso Estado "A Tribuna do Norte" edição do dia 05 (cinco) de junho do corrente mês, a ordem do dia era a seguinte: a) dissídio Coletivo 'contra a NORTE GAS BUTANO S/A. Depois de ter sido lido o referido Edital, foi feita uma ligeira explanação a respeito do que significava um Dissídio e a razão porque o Sindicato estava fazendo o mesmo, logo após esta explanação, foi submetido a votação pelo sistema de Escrutínio secreto na forma legal, sendo dessa maneira a matéria aprovada por unanimidade. Terminada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo diretor Presidente e para constar onde convier, eu, Tarcísio Elói de Andrade, Secretário da Entidade, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela mesa diretora dos trabalhos e escrutinadores.

Natal, 08 de junho de 1975.

João P.

JOSÉ PINTO RODRIGUES - Presidente

Tarcísio

TARCÍSIO ELÓI DE ANDRADE - Secretário

Luiz Celio

LUIZ CELIO DE SOUZA - Tesoureiro

Francisco de Assis Azevedo

FRANCISCO DE ASSIS AZEVEDO - Escrutinador

Aleixo Belarmino de Luna

ALEIXO BELARMINO DE LUNA - Escrutinador

1976, com o Parecer do Conselho Fiscal.
Currais Novos, RN, 27 de maio de 1975.

ANTONIO LEITE RAMALHO
— Presidente —

Julia Barros da Silva

CONVITE

MISSA DE 7.º DIA

A família de Julia Barros da Silva, ainda profundamente compungida com o desaparecimento de sua querida e inesquecível mãe, sogra e avó, ocorrido no dia 29 de maio último, convida os parentes e amigos para assistirem a missa que será celebrada em sufrágio de sua alma no dia 5 do corrente, quinta-feira, às 17,30 horas na Capela de Nossa Senhora de Fátima.

Por mais este ato de fé cristã a família enlutada agradece.

(0366)

José de Britto Mello Resende

MISSA DE 30.º DIA

José Resende Filho e família, e Expedito Mendes de Resende, convidam parentes e amigos para assistirem a missa de trinta dias, que mandarão celebrar na capela do Colégio N. S. de Fátima, hoje 5 de junho, às 17,30 horas, pela alma de seu pai José de Britto Mello Resende, falecido em Parnaíba — Piauí.

Desde já agradecem por esse ato de fé e piedade cristã.

(1)

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Edital de Convocação

Assembléia Geral Extraordinária

O Presidente da Entidade supra, no uso das atribuições que lhes são concedidas pelos Estatutos e pela Legislação sindical, conforme artigo n.º 859 da CLT, convoca os associados quites e em condições de votar para participarem da Assembléia Geral Extraordinária que realizar-se-á no dia 08 de junho de 1975, às 9:00 horas em 1.ª convocação e em 2.ª convocação às 10:00 horas do mesmo dia, na Casa do Trabalhador, à Praça André de Albuquerque, 4 — nesta cidade, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do DIA:

a) DISSÍDIO COLETIVO CONTRA A NORTE GAS BUTANO S/A.

Natal, 04 de junho de 1975

JOSÉ PINTO RODRIGUES
Presidente



Juarez: suspeito de roubos e maconha

O assaltante Juarez Marcelino dos Santos, conhecido por "Monstro", 26 anos, rua do Ferro, 1656, Sept Rosado, foi preso por agentes da Superintendência de Polícia Federal RN e entregue na Delegacia de Roubos e Furtos.

Os agentes federais faziam uma "ronda noturna" quando encontraram Juarez no bairro do Bom Pastor, acompanhado de outros marginais. Além de ser suspeito como autor de diversos roubos registrados tipicamente em bairros de Natal, Juarez também é suspeito como viciado e traficante de maconha, embora não tenha sido apreendido nenhum cigarro erva com ele, quando da sua prisão.

Dentro de Roubos e Furtos, Juarez reclama não estava fazendo nada. Só porque fui preso outras vezes e sou malandro me prenderam, quando me vi em uma esquina do Bom Pastor". Mas, tudo isso que as palavras de Juarez não surtiram efeito, tão assim que ficou recolhido na DRF onde é conhecido como autor de furtos e viciado em maconha, além do temperamento violento que tem de sempre provocar reações aos policiais, quando recebe voz de prisão.

Teve bolso rasgado roubado em dois mil

O sr. Antônio Washington de Oliveira, 35 anos, rua Dix-Sept Rosado, 24, Eduardo Gomes, teve o bolso traseiro da calça rasgado de gilete e roubado em dois mil cruzeiros e todos os documentos, segundo queixa que prestou na Delegacia de Roubos e Furtos.

Após receber dois mil cruzeiros na agência do Bradesco da Avenida Rio Branco, Centro, o sr. Antônio de Oliveira veio para Ribeira onde demorou-se por mais de meia hora em frente da Estação Rodoviária, depois apanhou o ônibus da linha Areia Preta, Cidade da Esperança, a fim de resolver um problema no Grupo Escolar Nossa Senhora das Graças em Santos Reis.

Foi durante este percurso da Ribeira para Santos Reis,

que o sr. Antônio de Oliveira teve o bolso roubado. Acredita-se que o bolso foi rasgado dentro do ônibus onde tinha muita gente, não havia quase espaço para a moderação para os passageiros. Ao chegar no grupo escolar em Santos Reis, o sr. Antônio procurou o dinheiro para fazer um pagamento, mas não encontrou o dinheiro que estava com o bolso rasgado da calça rasgado e a carteira de câdulas.

Além do dinheiro, teve também a carteira de identidade, o cartão de CPF, o documento do motorista, carteira de trabalho e o Albatroz e o formulário de cadastro do Banco do Brasil. A Polícia não conseguiu identificar quem foi o ladrão que roubou todo o dinheiro do sr. Antônio de Oliveira que ficou com o bolso rasgado e a carteira de câdulas.



CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL
SECRETARIA EXECUTIVA

OF. Nº 1099

Em 13 de novembro de 1974

Do - Secretário de Emprego e Salário

Ao - Senhor Presidente da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES
DE PETRÓLEO

Senhor Presidente:

Comunico a V.Sª que o Conselho Nacional de Política Salarial, em reunião do dia 5 do corrente, baixou a seguinte solução:

"RESOLUÇÃO Nº 283/74

O Conselho Nacional de Política Salarial, nos termos do que dispõe a Lei nº 5 617, de 15 de outubro de 1970 e tendo em vista o que consta do processo CNPS - 213/74,

RESOLVE

1) autorizar o reajuste salarial dos empregados das EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO à taxa de vinte e nove inteiros e oitenta e seis centésimos por cento (29,86%), a ser aplicada sobre os salários-base de setembro de 1973 e a vigorar de 1º de setembro de 1974 a 31 de agosto de 1975, efetuadas as compensações previstas em lei. Estão excluídas da presente decisão as representações do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, cuja data-base é 24 de abril, bem assim a representação do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos em Petrópolis, com data-base em 23 de julho;

2) cientificar as empresas de que qualquer modificação no valor de vantagens não estabelecidas por lei somente pode processar-se nas bases do reajuste oficial e mediante prévia e expressa autorização deste Conselho".

Atenciosamente,

João Jesus de Salles Pupo
SECRETÁRIO DE EMPREGO E SALÁRIO

Ao Ilmo Sr.

NELSON MELGAÇO DE JESUS

Presidente da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES
DE PETRÓLEO

Rua Francisco Serrador, 90 - Grupo 202

N E S T A

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

10/5
9
maio 8
maio 8
10/5

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz PRESIDENTE

Recife, 19 de 06 de 1975

M^{te} Auxiliadora B. Fayro
p/ chefe serviço de "recursos"

À Contabilidade.

Re. 19/06/75.

Juiz Presidente

REMESSA

NESTA DATA FAÇO REMESSA DESTES AUTOS

Ao Serviço de Contabilidade

RECIFE, 19 DE 06 DE 1975

Sr. Presidente:

Em cumprimento ao despacho

supra, venho propor a V.Exa. a adoção dos cálculos de fls. 08, apresentados pelo Conselho Nacional de Política Salarial, acrescido da taxa concernente à perda do poder aquisitivo real médio, para reajustamento salarial da categoria suscitan-
te, como segue:

Cálculo de fls. 08 - 29,86%

Taxa encontrada - 2,72%

Soma: 32,58%

Percentual reajustado para

33%.

Retardado por acúmulo de /
serviço.

Recife, 21 de julho de 1975



Antônio Marcelino Filho
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

119

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz PRESIDENTE

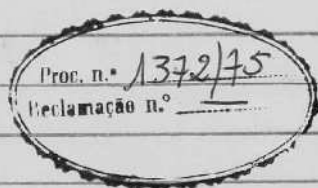
Recife, 23 de 07 de 1975

J. P. Aguiar
Chefe Serviço de Processos

Nos termos do art. 866, delego ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da J.C.J. de Natal, as atribuições de que tratam os arts. 860 e 862 da C.L.T., devendo o MM Juiz seguir as normas constantes do Prejulgado nº 38 do Colendo T.S.T. e Resolução nº 87 do mesmo Tribunal, sobretudo no caso de acordo.

Recife, 23 de julho de 1975

Paulista
Juiz - Presidente.



JUSTIÇA DO TRABALHO
Junta de Conciliação e Julgamento
PROTOCOLO
N.º 1008 de 31 de 7 de 1975
NATAL - Rio Grande do Norte

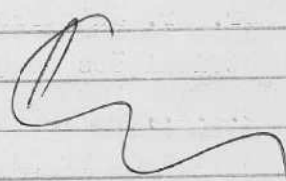
Conclusão

Nesta data, faço e por estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz de Direito.

Natal, 31.08.75


Diretor de Secretaria

Vista em 01.08.75
Vista às partes, pelo prazo de 48h., dos cálculos de fls.
Designo o dia 08.08.75 a
audiência de conciliação
Determino a notificação dos
disidentes na forma do art. 891
do C.L.T.



CERTIDÃO

CERTIFICO que foi designado o dia 8 de agosto de 1975, às 13, 40 horas, para a audiência de instrução.

Natal, 1 de agosto de 1975



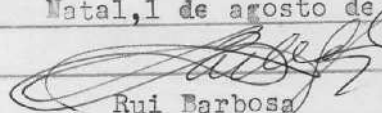
Rui Barbosa

Diretor de Secretaria

CERTIDÃO

CERTIFICO que foram expedidas notificações às partes para falarem sobre os cálculos e ainda para ciência da audiência designada.

Natal, 1 de agosto de 1975



Rui Barbosa

Diretor de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO

RECIFE

J C J NATAL

PROC./JCJ/Nº/1372/75

Natal, 1.08.75

Do: Diretor de Secretaria da J.C.J. de Natal

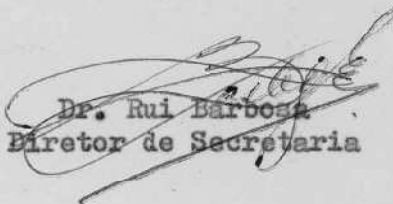
Ao: Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Mi
nérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo no Estado
do Rio Grande do Norte.

Assunto: notificação (faz)

Senhor Presidente:

Fica V. Sa. notificado para falar sobre os cálcu
los constantes da fôlha anexa, no prazo de 48 horas.

Fica ainda notificado V. Sa. para comparecer à
Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, às 13:40 horas do dia
08 de agosto de 1975, à audiência relativa ao processo do Dissi -
dio Coletivo promovido por esse Sindicato contra a Norte Gás Buta
no S/A.


Dr. Rui Barbosa
Diretor de Secretaria

Braça André de Albuquerque
querque, 4

n e s t a

EM BRANCH



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO

~~RECEBEM~~
J C J NATAL

PROC./JCCJ/Nº/1372/75

132
Natal, 01.08.75

Do: Diretor de Secretaria da J.C.J. de Natal

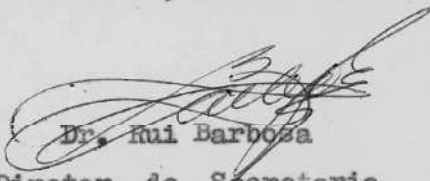
Ao: Sr. Gerente da Norte Gás Butano S/A

Assunto: notificação (faz)

Senhor Gerente:

Fica V. Sa. notificado para falar sobre os cálculos constantes da folha anexa, no prazo de 48 horas.

Fica ainda notificado V. Sa. para comparecer à Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, às 13:40 horas do dia 08 de agosto de 1975, à audiência relativa ao processo do Dissídio Coletivo promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo no Estado do Rio Grande do Norte, contra essa empresa.


Dr. Rui Barbosa
Diretor de Secretaria

Av. Rio Branco, 608

n e s t a

J U N T A D A

Nesta data, faço juntada aos presentes
autos d o AR —

Natal, 6 / 8 / 75


Chefe de Secretaria

AU Proc. JGJ 1372/75

AVISO DE RECEBIMENTO

Número do Registrado

Data do Registro

RECEBI

Nota 06 de *Agosto* 1975


(Assinatura do Destinatário)

Gerente da Norte Gas Butano S/A

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")





15/11

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

— JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D —

EM BRANCO

Inte
Al
Secretário



JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes
autos da reclamação

Natal, 8 / 8 / 75


Chefe de Secretaria

Exmo. Sr. Dr. JUIZ Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento
de Natal.

Nos autos. Defiro
Natal, 8.08.75

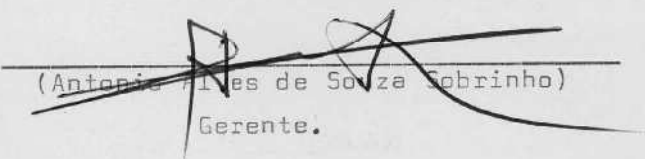
JUSTIÇA DO TRABALHO
Junta de Conciliação e Julgamento
PROTOCOLO
N.º 1049 de 08 de 08 de 1975
NATAL - Rio Grande do Norte

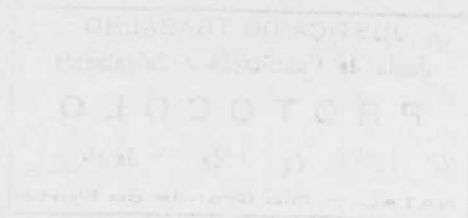
Por seu Gerente local infra assinado, vem, respeitosa-
mente, a NORTE GÁS BUTANO S/A, nos autos do dissídio coletivo pro-
cessado sob nº 1372/75, requerer adiamento da audiência aprazada /
por V. Excia. para o próximo dia 8 do corrente, em virtude de so-
mente ontem ter recebido a notificação o que torna impossível co-
ligir elementos para a sua defesa, uma vez que a firma requerente
tem sua matriz no Recife.

No que tange aos cálculos de fls. 08, a empresa nada tem
a objetar.

P. deferimento.

Natal, 7 de agosto de 1975.


(Antonio Alves de Souza Sobrinho)
Gerente.



EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D e Natal

TÉRMO DE ADIAMENTO DE AUDIÊNCIA

PROC. N.º 1372/75

Aos 08 dias do mês de agosto do ano de mil no-
vecentos e setenta e cinco nesta cidade de Natal,
às 13,40 horas, na sala de audiências desta Junta, presente o
~~ausente~~
Reclamante SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS,
COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO NO ESTADO DO R.G.N.
(Representação quando houver)
e ~~presente~~ o Reclamado NORTE GÁS DUTANO S/A.
ausente, não se tendo realizado a
(Representação quando houver)

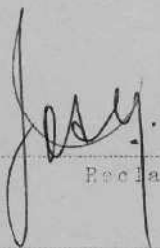
audiência para apreciação da reclamação pelo primeiro apresentada con-
tra o segundo, em razão de a pedido da reclamada

ficou marcada nova audiência para o dia 22 de agosto
às 13,35 horas.

Pelo que eu, Chefe de Secretaria, lavrei o presente termo.


Chefe de Secretaria

Ciente:


Reclamante

Reclamado

EM BRANCO



182

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D^e Natal

Processo .^a JCJ N.^o 1372/75

AO RECLAMADO

GÁS BUTANO S/A

Fica V. Sa. notificado para ciência de que foi designado o dia 22 de agosto de 1975, às 13,35 horas, para realização da audiência referente ao processo supra-mencionado, em que é reclamante SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

.....
Chefe da Secretaria

Av. Rio Branco, 608
Nesta

PODER JUDICIARIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

AO RECLAMADO

JUNTA

Nesta data, faço junta aos presentes
autos da *petição sequente*

Natal, 14 / 8 / 78


Chefe de Secretaria



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS
MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Fundado em 28 de Agosto de 1955, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 28 de Setembro de 1956, Sob Nº 162.469
SÉDE PROVISÓRIA: Rua Cel. José Bernardo, 926-Alecrim C. G. C. 08.039.125/001
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de
Natal.

M. A. G. 15.08.75
[Signature]

JUSTIÇA DO TRABALHO
Junta de Conciliação e Julgamento
PROTOCOLO
N.º 1048 de 08 de 08 de 1975
NATAL - Rio Grande do Norte

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS, COMEUS-
TIVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETROLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,
por seu Presidente no final assinado, vem requerer a V. Excia. a juntada
aos autos do dissidio coletivo que instaurou contra a empresa NORTE GAS
BUTANO S/A, do processo administrativo nº DRT-4.428/74, oriundo da Dele-
gacia Regional do Trabalho neste Estado, que por esquecimento deixou de
ser anexado à petição inicial do mencionado dissidio.

Termos em que,

P. Deferimento.

Natal, 7 de agosto de 1975.

[Signature]
JOSE PINTO RODRIGUES
Presidente

REPUBLICA DE CHINA
GOBIERNO GENERAL DE LA REPUBLICA DE CHINA
MINISTERIO DE INTERIORES
SECRETARIA DE INTERIORES



El presente documento es un certificado de nacimiento emitido por el Ministerio de Interiores de la Republica de China, en virtud de la Ley de Registro Civil, para el ciudadano de la Republica de China, cuyo nombre es [Nombre], nacido el [Fecha] en [Lugar].

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Delegacia Regional do Trabalho no Rio Grande do Norte

DRT- 4428/74

Processo DRT.-4.428/74

DISTRIBUIÇÃO

Assunto:- Reclamação.

Reclamante:- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio
de Minérios, Combustíveis Minerais e
Solvente de Petróleo do Estado do RGN

Reclamada:- NORTE GÁS BUTANO S/A, Sucessora de Helio
gás Comércio & Indústria S/A.

Objeto:- Não cumprimento do Índice Salarial concedido
pelo C.N.P.S., constante do Acordo, vigente.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Fundado em 28 de Agosto de 1955, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 28 de Setembro de 1956, Sob Nº 163.460
SÉDE PROVISÓRIA: Rua Cel. José Bernardo, 926-Alecrim C. G. C. 08.039.125/001
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

Ofício 111/74

Natal, 30 de dezembro de 1974

Ilmo. Sr.

Delegado Regional do Trabalho

Nesta

*Ac Inspetor Wharton
para verificar e tomar
as medidas cabíveis, se
for o caso. E 30/12/74*
Senhor Delegado:

[Assinatura]
Cel. R. J.



Este Sindicato de classe, visando dar ao trabalhador e prestar-lhe toda assistência possível, bem assim, procurar os órgãos competentes em prol de uma solução, tanto assim que por diversas vezes, temos procurado essa Delegacia, visando soluções para os vários problemas de nossa classe, cujo atendimento e presteza sempre louvamos.

Mais uma vez venho solicitar de V.Sa, a gentileza de fazer a Empresa Norte Gás Butano S/A, sita à Rua Av. Rio Branco, 608, cumprir o índice salarial determinado pelo Conselho Nacional de Política Salarial, pois a referida Empresa foi cientificada do índice através de ofício deste Sindicato, como também cópia xerox do índice que segue anexo.

Outrossim, informamos a V.Sa, que a referida Empresa é sucessora da Heliogás Comércio & Indústria, tendo comprado a mesma com todo acervo, inclusive ficando com todos os empregados existentes no terminal do Natal. Este Sindicato mantia com a Empresa Heliogás um acordo Coletivo de Trabalho, renovado de dois em dois anos, como também um acordo de revisão salarial, que anualmente é fornecido o índice pelo CNPS e

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO
CARTÃO DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS



EM BRANCO



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS
MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**


Fundado em 28 de Agosto de 1955, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 28 de Setembro de 1956, Sob Nº 103.468
SÉDE PROVISÓRIA: Rua Cel. José Bernardo, 926-Alecrim C. G. C. 08.039.125/001
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

Fl. 02

agora a Norte Gás não quer cumprir o acordo nem tão pouco o índice, por esta razão é que fazemos este apelo a V.Sª para que seja dada uma solução neste caso, tendo nós já tentado vários contatos com a Empresa e a mesma nem sequer responde ao Sindicato.

Na oportunidade, cabe-me registrar o reconhecimento desta Entidade pela permanente colaboração desta DRT, ocasião em que reafirmo a V.Sª os protestos de minha crescente estima e elevado apreço.

Atenciosamente,


JOSE PINTO RODRIGUES
Presidente.

SINGAPORE AND MALAYAN PENINSULA
MINISTRY OF DEFENCE
SINGAPORE



EM BRANCO

Of. nº 100/74

Natal, 19 de novembro de 1974.

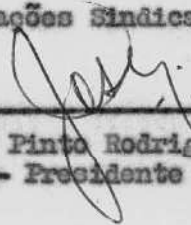
Do: SITRAMICO/RN

À : Norte Gás Butano S/A

Em anexo estamos enviando cópia da Resolução nº 283/74 do Conselho Nacional de Política Salarial, nos termos de que dispõe a Lei nº 5.617, de 15 de outubro de 1970, que autoriza o reajuste salarial de 29,86% (vinte e nove e oitenta e seis por cento) a todos os empregados das Cia's. distribuidoras de GLP e esta taxa vigorará a partir de 01 de setembro de 1974.

Na certeza de que esta resolução será atendida por V.Sas., e sendo só o que se nos apresenta para o momento, subscrevemo-nos,

Sindicatos Sindicais


José Pinto Rodrigues
- Presidente -

RECEBIDO

Em 19 / 11 / 74


NORTE GÁS BUTANO S/A

EM BRANCO

RECEBIDO
NORTE GÁS BUTANO S/A



CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL
SECRETARIA EXECUTIVA

Handwritten signature and initials in the top right corner.

OP. Nº 1099

Em 13 de novembro de 1974

Do - Secretário de Emprego e Salário

Ao - Senhor Presidente da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES
DE PETRÓLEO

Senhor Presidente:

Comunico a V.Sª que o Conselho Nacional de Política Salarial, em reunião do dia 5 do corrente, baixou a seguinte solução:

"RESOLUÇÃO Nº 283/74

O Conselho Nacional de Política Salarial, nos termos do que dispõe a Lei nº 5 617, de 15 de outubro de 1970 e tendo em vista o que consta do processo CNPS - 213/74,

RESOLVE

1) autorizar o reajuste salarial dos empregados das EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFITO DE PETRÓLEO à taxa de vinte e nove inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento (29,86%), a ser aplicada sobre os salários-base de setembro de 1973 e a vigorar de 1º de setembro de 1974 a 31 de agosto de 1975, efetuadas as compensações previstas em lei. Estão excluídas da presente decisão as representações do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, cuja data-base é 24 de abril, bem assim a representação do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos em Petrópolis, com data-base em 23 de julho;

2) cientificar as empresas de que qualquer modificação no valor de vantagens não estabelecidas por lei somente pode processar-se nas bases do reajuste oficial e mediante prévia e expressa autorização deste Conselho".

Atenciosamente,

Handwritten signature of João Jesus de Salles Pupo
João Jesus de Salles Pupo
SECRETÁRIO DE EMPREGO E SALÁRIO

Ao Ilmº Sr.

NEILSON MARGAÇO DE JESUS

Presidente da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES
DE PETRÓLEO

Rua Francisco Serrador, 90 - Grupo 202

N E S E A

EM BRANCO

25/1/75
[Handwritten signature]

N O T I F I C A Ç Ã O, s/n-75

Empresa: NORTE GÁS BUTANO S/A (Filial), sucessora de HELIOGÁS S/A - CO-
MÉRCIO E INDÚSTRIA

Endereço: Av. Rio Branco, 608 - Cidade Alta

A fim de dar solução ao Processo-DRT n. 4.428/74, fica essa empresa, com o prazo de 06 (seis) dias, contados desta, notificada p/apresentar à Seção de Fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, sita no 4º andar do Ed. Café Filho - rua Almino Afonso - Ribeira, os documentos que se seguem:

a) recibos ou folhas de pagamento de salários, a partir de 09/74 até a presente data, que comprovem ter sido pago aos em-
pregados o reajuste salarial de que trata a RESOLUÇÃO n. 283/74, conso-
ante o que dispõe os termos da Lei n. 5.617, de 15 de outubro de 1970 e
tendo em vista o que consta do processo CNPS-213/74, que autoriza o re-
ajuste salarial dos empregados das Empresas Distribuidoras de Gás Lique-
feito de Petróleo à taxa de 29,86%, a qual será aplicada sobre os salá-
rios-base de setembro de 1973, com vigência de 12/09/74 até 31/08/75;

b) comprovantes - recibos de quitação de férias /
dos empregados Antônio Alves de Souza Sobrinho - Gerente; Nivaldo Alves
dos Santos - Cobrador; Francisco de Assis Azevedo - Porteiro; Luiz Pe-
dro Pereira - Ajud. de motorista e Ronaldo Elias Tavares - Servente, na
conformidade com o que estabelece o item 2, sub-item 2.1 do Acordo Cole-
tivo de Trabalho, celebrado entre o Sind. dos Trabalhadores no Comércio
de Minérios, Combustíveis Mineráveis e Solvente de Petróleo no Estado do
Rio G. do Norte e as Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petró-
leo, sediadas nesta capital;

c) idem para recibos de pagamento de salário-famí-
lia dos seus empregados Manoel Adolfo de Medeiros, Francisco S. Targino,
Antônio L. de Queirós, Joaquim C. de Lima, Joelson T. de Oliveira, Pau-
lo R.G. de Carvalho e Ailton Marcos P. da Silva, na forma do que pres-
cre o item 1, sub-item 1.1 do acordo já mencionado;

Outrossim, fica esclarecido que o não cumprimento
da presente implicará na aplicação de sanções legais.

Natal, 31 de janeiro de 1975.

*Paroquias por 08 (oito)
dias, a partir de
Lofi. Em 06/02/75*

[Handwritten signature]
(Wharton P. T. Galvão)
Insp. do Trabalho

Recebi o original [Handwritten signature]

Em 31 de 10 de 1975

NORTE GÁS BUTANO S/A



brasilgás

Norte Gás Butano S. A.

FILIAL:

RUA HILDEBRANDO DE GOES, 173 - NATAL
Telefônico: "BUTANO" - Telefone: 20954
C. G. C. 07.205.768/0089-13 - C. G. F. 20055592-8
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Natal, 14 de Fevereiro de 1975

Of.0082/75

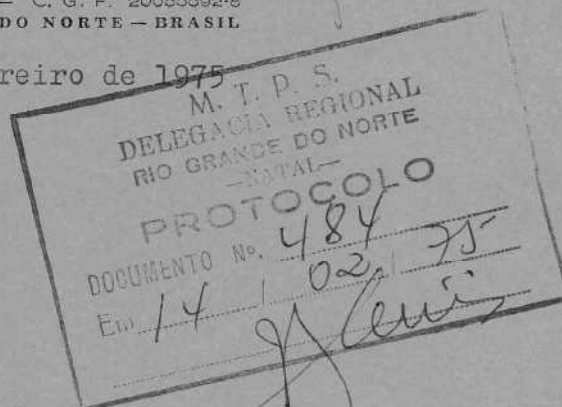
Ilmo.Sr. Dr. Derval Bezerra Marinho

M.D.DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO

Nesta

Ao Inspetor Wharto
18/02/75

Beza L. P. J.



A Norte Gás Butano S/A, firma estabelecida com o comércio de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, com sede em Fortaleza, Ce., à rua Major Facundo nº 844, e filial nesta Capital, à Av. Rio Branco nº 908, vem com o respeito que V.S., merece e no prazo concedido por V.Sª em despacho prolatado na Notificação / s/nº-75 de 31 de janeiro de 1975 transato, alegar o que se segue em favor de seus direitos:

1. Até 31 de dezembro de 1973 os estabelecimentos.sitos na rua Hildebrando de Goes,173, Av. Rio Branco,608 e rua Amaro Barreto,1332, em Natal, pertenciam a Heliogás. Foram adquiridos pela Norte Gás Butano S/A,com sede em outra unidade da Federação e corpo dirigente totalmente estranho aquela.

2. Ao serem transferidos a Norte Gás Butano S/A os referidos acervos, todo pessoal que neles trabalhava foi devidamente indenizados(FGTS(Código 01), Férias,10% do depósito de FGTS , Aviso Prévio(2horas extra-dia de trabalho no último mês, rescindidos, mediante homologação válida, os seus contratos de trabalho, com a aludida Heliogás. No dia 01 de janeiro de 1974, todo esse pessoal foi admitido pela Norte Gás Butano S/A.

3. Em outubro de 1974 (quando ainda não contavam os empregados um (1) ano de serviço na Norte Gás Butano S/A,esta de modo espontâneo,deu aos referidos servidores, um aumento salarial da ordem de 20%.

MATRIZ:
Fortaleza - CE

FILIAIS:
PERNAMBUCO, Recife, Olinda, Paulista, Cabo, Jaboatão - ALAGOAS, Maceió.
CEARÁ, Juazeiro do Norte, Sobral - MARANHÃO, São Luiz - PIAUI, Teresina



brasilgás

Norte Gás Butano S.A.

FILIAL:

RUA HILDEBRANDO DE GOES, 173 - NATAL
Telegráfico: "BUTANO" - Telefone: 20954
C. G. C. 07.205.768/0039-13 - C. G. F. 20055592-8
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

4. Já agora os servidores das áreas de Rio Grande do Norte passaram a pleitear um reajustamento salarial, da ordem de 29,86%, a partir de 01 (primeiro) de setembro de 1974, a ser aplicado sobre os ~~salário~~-base de setembro de 1973 e a vigorar de primeiro de setembro de 1974 a 31 de agosto de 1975, efetuadas as compensações previstas em lei. Alegam, para justificar o pedido, que as / outras empresas concederam aos seus empregados dito reajustamento, sendo que apenas a Norte Gás Butano se recusa a concedê-lo.

5. Invocam, face a recusa da Empresa em causa / em atendê-los, que ela a tanto não pode se recusar, obrigada que es tá ao citado reajustamento, porque a eles (servidores) assiste o di reito de opor a dita Empresa os respectivos contratos de trabalho (tem po de serviço prestado a Heliogás) por aplicação dos artigos 10 e 448 da C.L.T (Sucessão Trabalhista).

INEXISTE? NA ESPÉCIE, A FIGURA DA SUCESSÃO TRABALHISTA.

Os artigos 10 e 448 da C.L.T., dispõem, verbis:
Art. 10- Qualquer alteração na estrutura jurídica da Empresa, não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.

Art. 448 - A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da Empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

Das disposições inscritas nos dois Incisos legais transcritos, observa-se que a Consolidação das Leis do Trabalho quer assegurar os direitos dos empregados e a sobrevivência dos seus respectivos contratos de trabalho em curso na empresa nas seguintes hipóteses:

MATRIZ:
Fortaleza - CE

FILIAIS:
PERNAMBUCO: Recife, Olinda, Paulista, Cabo, Jaboatão - ALAGOAS: Maceió.
CEARÁ: Juazeiro do Norte, Sobral - MARANHÃO: São Luiz - PIAUÍ: Teresina.



brasilgás

Norte Gás Butano S. A.

FILIAL:

RUA HILDEBRANDO DE GOES, 173 - NATAL
Telegráfico: "BUTANO" - Telefone: 20954
C. G. C. 07.205.768/0039-13 - C. G. F. 20055592-8
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

- Quando houver alteração na estrutura jurídica do titular da Empresa
- Quando houver a mudança na propriedade da Empresa.

No primeiro caso não há que se falar em sucessão que se verificaria no segundo. Tão e só.

Para Orlando Gomes, são condições para existência da chamada sucessão trabalhista:

- A. A Passagem da Empresa ou do Estabelecimento / de um titular para outro,
- B. A continuação ininterrupta da atividade da Empresa.

Mas, não há sucessão, indica o citado autor, se falta o laço jurídico que une o secessor ao sucedido, vale dizer, o cessionário ao cedente, e se não há identidade de Empresa.

É certo, e este foi e é o objetivo do legislador que a principal condição (jurídica, é claro), para continuação dos / contratos de trabalho é a continuação da Empresa, isto é, do patrimônio especial, do qual esses contratos constituem parte integrante.

Assim, em nosso direito, a continuação de uma atividade econômica que aquisição da Empresa que exercia não constitui a chamada sucessão trabalhista. Falta, como ainda acentua o Douto Orlando Gomes, a condição de identidade de Empresa, exigida na Lei ao se referir a mudança na sua propriedade, falta a justificativa da sobrevivência dos contratos em curso, que é a tendência do direito do trabalho para abstrair a pessoa do empregador e levar em conta o laço que une o empregado à Empresa.

MATRIZ:
Fortaleza - CE

FILIAIS:
PERNAMBUCO: Recife, Olinda, Paulista, Cabo, Jaboatão - ALAGOAS: Maceió.
CEARÁ: Juazeiro do Norte, Sobral - MARANHÃO: São Luiz - PIAUÍ: Teresina

Philip



brasilgás

Norte Gás Butano S. A.

FILIAL:

RUA HILDEBRANDO DE GOES, 173 - NATAL
Telegráfico: "BUTANO" - Telefone: 20954
C. G. C. 07.205.768/0039-13 - C. G. F. 20055592-8
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Vê-se assim, que uma das condições para que se verifique sucessão trabalhista, que seja a mesma Empresa que continue a funcionar sob nova direção.

No caso enfocado, não houve sucessão, muito embora que as finalidades das duas Empresas (Heliogás e Norte Gás Butano S/A) coincidem na atividade exercida. Mas isso só não é suficiente ou capaz de determinar a existência de sucessão trabalhista.

A Norte Gás Butano S/A é uma outra nova Empresa com corpo dirigente próprio e diverso da Heliogás. Seu campo de operação é outro e as suas atividades são diversificadas. A sua estrutura organizacional é outra. Ademais, a Norte Gás Butano S/A adquiriu parte do acervo da Heliogás, que continua operando e tendo existência jurídica própria, inalterada. Não houve, em suma, mudança de propriedade na Heliogás que continua existindo e pertencendo aos seus titulares (a mesma direção). Não há, no caso, identidade de Empresa. Onde, logicamente, não se pode falar em sucessão trabalhista.

Mesmo que se viesse admitir(argumenta-se tão e só), a existência da chamada sucessão trabalhista, ainda assim esse argumento não poderia servir de apoio à pretensão dos servidores / que pugnam pela concessão do percentual de aumento.

Não houve, por parte da Norte Gás Butano S/A , aproveitamento dos contratos mantidos pelos servidores em alusão / com a Heliogás até 31 de dezembro de 1973. A Norte Gás Butano S/A - não sucedeu à Heliogás nas relações contratuais de seus ex-empregados.

As obrigações do primeiro contrato (mantido com a Heliogás) não se transmitiram à Norte Gás Butano S/A porque se extinguíram com o pagamento das indenizações respectivas, através das

MATRIZ:
Fortaleza - CE

FILIAIS:
PERNAMBUCO: Recife, Olinda, Paulista, Cabo, Jaboatão - ALAGOAS: Maceió.
CEARÁ: Juazeiro do Norte, Sobral - MARANHÃO: São Luiz - PIAUÍ: Teresina

Notre Dame de Butano 2.4



Brasil

EM BRANCO



brasilgás

Norte Gás Butano S.A.

FILIAL:

RUA HILDEBRANDO DE GOES, 173 - NATAL
Telegráfico: "BUTANO" - Telefone: 20954
C. G. C. 07.205.768/0089-13 - C. G. F. 20055592-8
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

rescisões entre as partes (Heliogás e servidores), devidamente homologadas

O entendimento exposto, além de receber o apoio da Lei e de toda doutrina, é reforçado pelas decisões judiciais, das quais se destaca o Acórdão nº 1.467/72 da Terceira Turma, do Tribunal Superior do Trabalho, proferido no Processo nº 2.496/72 cuja emenda vai a seguir transcrita.

SUCESSÃO TRABALHISTA É A NOVAÇÃO SUBJETIVA NAS OBRIGAÇÕES DO MESMO CONTRATO DE TRABALHO. INEXISTÊNCIA QUANDO AS OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO CONTRATO EXTINTO FORAM QUITADAS DEVIDAMENTE, MAXIME EM ACORDO FEITO EM JUÍZO.

(In Direito do trabalho Interpretado no TST, de Carlos Alberto Barata Silva, Edições LTR, pág.154.).

Outrossim a firma Norte Gás Butano S/A, deixa / de apresentar os documentos exigidos na supra citada notificação em virtude de não ter celebrado acordo coletivo com o Sindicato dos / Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Mineráveis e Solvente de Petróleo no Estado do Rio Grande do Norte.

Atenciosamente

NORTE GÁS BUTANO S/A
- Natal

MATRIZ:
Fortaleza - CE

FILIAIS:
PERNAMBUCO: Recife, Olinda, Paulista, Cabo, Jaboatão - ALAGOAS: Maceió.
CEARA: Juazeiro do Norte, Sobral - MARANHÃO: São Luiz - PIAUI: Teresina

Sr. Delegado,

Em cumprimento ao despacho retro, desse gabinete, fl. 1, esta fiscalização compareceu à empresa reclamada pelo Sindicato dos / Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Mineráveis e Solvente de Petróleo do Estado do Rio B. do Norte - NORTE GÁS BUTANO S/A, ^{emitida} sucessora de Heliogás S/A - Comércio e Indústria, onde se NOTIFICAÇÃO, / s/n-75, conforme se verifica às fls. 5 deste processo.

No dia 06.02.75, a reclamada se fez presente nesta repartição através de seu gerente acompanhado de advogado, solicitando, desse gabinete, uma prorrogação a qual lhe foi concedida pelo Titular desta DRT, pelo prazo de oito dias, fls. 5. Decorrido o prazo da prorrogação, a reclamada ao invés de apresentar os documentos solicitados pela notificação, apresentou defesa escrita, alegando o seguinte: no tocante aos documentos referidos na alínea "a" da notificação, deixava de apresentá-los porque, tendo adquirido o acervo da Heliogás, em Natal, no dia 31 / de dezembro de 1973, todo o pessoal que nela trabalhava teve seus contratos rescindidos, sendo indenizado com rescisões homologadas. A Norte Gás Butano S/A admitiu-os em 1º de janeiro de 1974. Assim, tratando-se de novos contratos de trabalho, acha a reclamada, ser inaplicável a RESOLUÇÃO nº 283/74, porque não se verificou a sucessão trabalhista.

Em relação aos documentos referidos nas alíneas "b" e / "c" da notificação, também deixava de apresentá-los, em virtude de não ter celebrado ACORDO COLETIVO DE TRABALHO com o Sindicato reclamante.

Parece-nos bem evidente o equívoco da empresa reclamada. Diz ela, no item 1 da sua defesa, in verbis":

"1. Até o dia 31 de dezembro de 1973 os estabelecimentos sítos na rua Hildebrando de Góis, / 173, Av. Rio Branco, 608 e rua Amaro Barreto n. 1332, em Natal, pertenciam a Heliogás. Foram adquiridos pela Norte Gás Butano S/A, com sede em outra unidade da Federação e corpo dirigente totalmente estranho aquela."

Ora, se os estabelecimentos pertencentes a Heliogás foram adquiridos pela Norte Gás Butano S/A, houve mudança na propriedade da empresa. O patrimônio da Heliogás em Natal passou a pertencer à Norte Gás Butano S/A, que, em condições idênticas, continuou a explorar o mesmo ramo de negócio que vinha sendo explorado pela sua antecessora. Trata-se, pois, de um caso típico de sucessão trabalhista, preenchendo os requisitos explicitados no art. 448 da C.L.T.

Os contratos de trabalho dos empregados da empresa vendedora não poderiam ser afetados pela venda, segundo a expressa determinação legal. Tanto isso é verdade que a empresa compradora - NORTE GÁS BUTANO S/A, tentando elidir a aplicação das cláusulas do Contrato Coletivo de Trabalho firmado pela vendedora com o Sindicato da categoria /

cont....

EM BRANCO

fls. 2 - continuação

profissional, dispensou todos os empregados, no dia da aquisição, para readmiti-los no dia seguinte, o que fez com o intuito de impedir a aplicação da legislação trabalhista, o que torna os atos de dispensa e readmissão nulos de pleno direito, em face do que prescreve o Art. 9º da Consolidação.

Assim, entendemos que a empresa notificada está obrigada ao cumprimento do Contrato Coletivo de Trabalho firmado pela sua antecessora, bem como observar a Resolução nº 283/74.

O pedido feito por esta fiscalização (Notificação, s/n-75) solicitando vários documentos fossem apresentados nesta DRT - Seção de Fiscalização, encontra amparo no § 4º do Art. 630 da C.L.T. No o atendendo, a empresa notificada está sujeita, ou melhor, passível de autuação.

Diante do exposto e considerando a situação econômico-financeira da reclamada, poderoso grupo econômico que dispõe de todos os meios para cumprir a legislação trabalhista, a qual reconhece e manda / cumprir os Contratos Coletivos de Trabalho, esta Fiscalização opina seja a empresa em causa autuada, remetendo-se, em seguida, o processo à Justiça do Trabalho, onde os meios são mais amplos para apreciação e julgamento do litígio, nos termos do disposto no art. 625 do já mencionado diploma.

Natal, 17 de março de 1975.

(WHARTON P. TORRES GALVÃO)
Inspetor do Trabalho

De acordo.

*Favre-se o auto de
infração por desrespei-
to ao § 4º do artigo 630
da C.L.T. (parte final).*

Em 18/03/75

Assinatura

EM BRANCO

Des. 13
M. J. L. N.

330

13

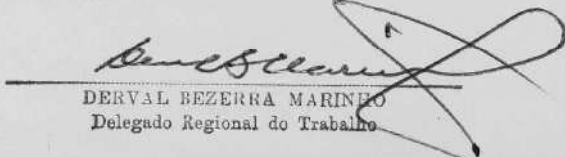
A capta Norte Gr. Antao S/A,
situada na Av. Rio Branco, 608, mes-
ta Capital, tem contra si o Auto de pa-
ração nº 05/75 - Grande nº 939/75 la-
vado no dia 21/03/75, com fundamento
no § 3º do Art. 630 da C.L.T., em face
do que restituiu o presente para os
fins já propostos.

Natal, 21/03/75

M. J. L. N.
Dep. de Trabalho

x x

Atendendo pedido do Sindicato
reclamante (ff. 13), encaminhe-se
o presente processo à classe de apre-
ciação da Comissão Junta de
Conciliação e Julgamento de Na-
tal. D. 02-04-75


DERVAL BEZERRA MARINHO
Delegado Regional do Trabalho

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

NATAL - RIO G do Norte

Remessa nº 48 de 02 de 04 de 1975
a Junta de Conciliação e Julgamento de Natal
Interessado Sind. Trab. Com. de Moura e
Sociedade de Comércio do Rio Grande
Nº do Processo DRT-4.438/74
Em 02 de abril de 1975
Comprou



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS
MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Fundado em 28 de Agosto de 1955, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 28 de Setembro de 1956, Sob Nº 163.469
SÉDE PROVISÓRIA: Rua Cel. José Bernardo, 926-Alecrim C. G. C. 08.039.125/001
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

Ofício nº 028/75

Natal, 1º de abril de 1975.

SENHOR DELEGADO:

M. T. P. S.
DELEGACIA REGIONAL
RIO GRANDE DO NORTE
—NATAL—
PROTOCOLO
DOCUMENTO Nº. 1046
Em 7/4/75
[Assinatura]

Pelo ofício nº 111/74, de 30 de dezembro do ano anterior, desta presidência, foi formulada reclamação contra a Empresa NORTE GÁS BUTANO S/A., desta praça, no sentido de que, fosse a referida, compelida a cumprir normas emanadas do Conselho Nacional de Política Salarial.

Por Despacho de V.Sa., o processo em tela (número DRT.-4.428/74), passou para o Inspetor do Trabalho Wharton Pimentel Torres Galvão, dessa DRT, "...para verificar e tomar as medidas cabíveis, se for o caso..."

Incontinenti, o aludido Inspetor fez expedir a Notificação S/N-75, de 31 de janeiro último, concedendo a empresa / reclamada prazo de 6 (seis) dias, para apresentação dos documentos relacionados na citada Notificação. Ao invés de atender a Notificação em apreço, a autuada limitou-se a contestá-la, conforme consta do seu ofício nº 0082/75 - fls. 6, do processo DRT-4.428/75.

Na sua informação de fls. 10 e 11, o fiscal citado, após emitir parecer fundamentado, concluiu:

- a) - lavratura de auto de infração, com amparo no disposto no § 4º do artigo 630, da C.L.T.;
- b) - encaminhamento do processo DRT-4.428/74, à Justiça do Trabalho, na forma do artigo 625, do mesmo Diploma Legal.

Isto posto, após vistas do processo que me foi concedida pela Seção de Fiscalização dessa DRT, solicito a V.Sa. se ja o processo em tela encaminhado à Justiça do Trabalho, a fim de / dirimir controvérsias existentes.

Reafirmo a V.Sa. protestos de perfeita estima e elevado apreço.

JOSÉ PINTO RODRIGUES
Presidente

Ilmo. Sr.
DERVAL BEZERRA MARINHO
DD. Delegado Regional do Ministério do Trabalho
no Rio Grande do Norte
N E S T A



EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

35m

JUSTIÇA DO TRABALHO
Junta de Conciliação e Julgamento
PROTOCOLO
nº 510 de 03 de 04 de 1975
NATAL — Rio Grande do Norte

Proc. n.º 0660/75
Reclamação n.º

CONCILIAÇÃO

Reclamação nº 0660/75

Reclamação nº

24.75

[Assinatura]

Ex. 1.ª - Se a reclamação
for aceita, segue-se,
a ser reconhecida a
nómina. Em 8.11.75

[Assinatura]

PARA CONTINUAÇÃO DA ATA

EM BRANCO




PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO Natal

Proc. 0660/75
notificação

Natal, 9 de abril de 1975

Senhor Presidente

Fica V. Sa. notificado a comparecer a Junta de Conciliação e Julgamento de Natal afim de renovar a reclamação que perante a Delegacia do Ministério do Trabalho apresentou contra NORTE GAS BUTANO S.A., Sucessora de Helio gas Comercio e Industria S.A.


Rui Barbosa
Diretor da Secretaria

Senhor Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS COMBUSTIVEIS MINERAIS E SOLVENTE DE PETROLEO DO ESADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Rua Cel. José Bernardo 926

Nesta

EM BRANCO

34

EM BRANCO

De Elm 2.1410

EM BRANCO

2.14.10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE NATAL

38

ATA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO N.º -

PROC; Nº 1372/75

Aos 22 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e cinco, às 13:35 horas, estando aberta a audiência da Junta de Conciliação e Julgamento desta Cidade, na sala respectiva, na Av. Hermes da Fonseca, 1076 - Tirol com a presença do Sr. Presidente, Dr. FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS

foram, por ordem do Sr. Presidente, apregoados os litigantes, SÍNDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, suscitante e NORTE GÁS BUTANO S/A, suscitada.

Presente o suscitante SÍNDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, representado pelo Presidente do Sindicato Sr. José Pinto Rodrigues, acompanhado do seu advogado Dr. Edson Lemos de Lucena, inscrição OAB-RN 146.

Presente o suscitado NORTE GÁS BUTANO S/A, representado pelo Gerente local Sr. Antônio Alves de Souza Sobrinho, acompanhado do advogado o Dr. Túlio Augusto Fernandes de Oliveira, inscrição OAB-RN 126.

Aberta a audiência, o Juiz Presidente consultou o representante da empresa suscitada se concordava com a proposta de acordo indicada pelo sindicato suscitante no item 06 da inicial de fls. A empresa suscitada não aceitou a proposta alegando, ainda, haver concedido aumento espontâneo no total de 35%, sendo 20% em 01 de outubro de 1974 e 15%, em maio de 1975; essa majoração supera os índices da conciliação proposta pelos suscitantes, que é igual ao reajustamento autorizado pelo Conselho Nacional e Política Salarial. O Sr. Juiz Presidente propôs que a conciliação fosse feita em torno da diferença salarial a ser apurada no período de outubro de 1974 a maio de 1975. O Sindicato suscitante não concordou em transacionar essa diferença.

Sendo impossível a conciliação o Sr. Juiz Presidente concedeu a palavra ao advogado do suscitado para contestar. O dissidente suscitado apresentou sua contestação por escrito.

O Sr. Juiz Presidente suspendeu a audiência concedendo às partes prazo comum de dez dias para que produzam ou requeram provas. Foi designada nova audiência para o dia 05 de setembro de 1975, às 13:35 horas, ficando as partes cientes.

E, para constar, eu, Dr. Rui Barbosa, Diretor de Secretaria, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Sr. Juiz Presidente.

FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS
Juiz Presidente

RUI BARBOSA
Diretor de Secretaria

392

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação
e Julgamento de Natal

Dissídio Coletivo

Proc. nº 733 -TRT-6a Reg.

Proc. nº JCCJ/Nº 1372/75

NORTE GÁS BUTANO S/A, sociedade por ações
com sede em Fortaleza, Capital do Estado/
do Ceará, à rua Major Facundo, 844, e filial nesta cidade /
de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, à rua //
Hildebrando de Coes, 173, por seu representante legal, que
esta subscreve, vem IMPUGNAR as razões de dissídio e a pp
posta de acordo salarial respectiva, apresentados pelo SIN
DICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍ
VEIS MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRAN
DE DO NORTE, o que faz ante as razões de fato e de direito/
a seguir alinhadas:-

1. - Indica o Sindicato suscitante /
haver firmado acordo salarial /
com as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petró -
leo, com vigência no período compreendido entre 1º de se
tembro de 1973 a 31 de agosto de 1974, tendo figurado a
HELIOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA como signatária do refe-
rido acordo.

Aludida empresa, prossegue o
Sindicato suscitante, no dia 31
de dezembro de 1973, "em plena vigência do acordo salarial"
denunciado, "foi adquirida pela NORTE GÁS BUTANO S/A", que
se recusa a com ele, Sindicato, firmar novo acordo salari-
al, com a aplicação do índice de reajustamento autorizado pe
la RESOLUÇÃO Nº 283/74, do Conselho de Política Salarial. /
Daí a instauração do presente dissídio coletivo, em o qual é
solicitada a notificação da ora Impugnante para responder //
aos termos da proposta de aumento salarial, com observância/
do percentual de que trata a resolução suso aludida.

EM BRANCO

2. - A ora Impugnante, entretanto, não se pode aplicar o acordo coletivo de salário referido pelo Sindicato suscitante, nem a proposta de acordo inscrita na petição inicial do presente dissídio.

É o que se passa a demonstrar.

3. - Prima facie, porque o acordo salarial a que alude o Sindicato suscitante no item "1", da petição de dissídio, só se aplica às partes convenentes; e a Impugnante nele não figurou, nem dele tomou parte. E é indiscutível, dessarte, que o mencionado acordo salarial, bem como os efeitos dele resultantes, só alcançam as empresas que dele participaram.

Em segundo lugar, porque não é sucessora (como pretende o Sindicato suscitante) da HELIOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA. E não sendo sucessora da mencionada empresa, como não o é, aos servidores desta não assiste o direito de opor à ora Impugnante os respectivos contratos de trabalho, nem o acordo salarial acima citado, por aplicação dos artigos 10 e 448, da Consolidação das Leis do Trabalho.

O instituto da sucessão trabalhista foi sobejamente tratado / nos arts. 10 e 448, da CLT. E claramente se verifica cuidarem aquelas normas de alteração na propriedade ou na estrutura da empresa, o que substancialmente difere do que ocorreu / na espécie.

No caso, a ora Impugnante, independentemente de qualquer fato ocorrido à HELIOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, instalou-se nesta cidade de Natal para explorar atividade de seu comércio, indiferentemente a que tenha havido alteração esta ou aquela na propriedade ou na estrutura daquela outra empresa. É a Impugnante uma sociedade com filiais em diversos Estados, devidamente aparelhada para o tipo de atividade que passou a desenvolver em Natal, com funcionários próprios, sem aproveitamento de remanescentes / de quadro de pessoal de qualquer outra congênere. A única / operação que efetuou com a HELIOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA foi a aquisição de parte do seu acervo.

Desse modo, a ora Impugnante é uma empresa que vem de se instalar nesta Capital, com uma filial, com estrutura organizacional e jurídica independente e diversa da da HELIOGÁS, com 7

EM BRANCO

418
corpo dirigente próprio e diverso do da aludida empresa. Em momento algum sucedeu a Impugnante à citada HELIOGÁS, que continua operando normalmente e tendo existência jurídica própria, inalterada.

É de ser salientado, ademais, que não houve, em suma, mudança de propriedade na HELIOGÁS / S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, que continua existindo e pertencendo aos seus titulares. Por parte da Impugnante não houve, por outro lado, aproveitamento dos contratos mantidos pelos servidores da referida Heliogás. Em momento algum a Impugnante sucedeu a referida empresa nas relações contratuais de seus empregados. As obrigações contratuais porventura assumidas pela Heliogás em momento algum foram transferidas à ora Impugnante.

4. - O contrato ou convenção coletiva / de trabalho é uma instituição de natureza contratual. E não constitui nenhuma novidade / que o contrato ou acordo faz lei entre as partes, e só entre estas, de sorte que, só prevalece entre elas, não podendo transpor os limites das vontades manifestadas / por quem participou da convenção, ou a ela aderiu.

5. - Cumpre ressaltar, por outro lado, que a RESOLUÇÃO Nº 283/74, do Conselho de Política Salarial, não pode, em absoluto, servir / de fundamento ao pretendido reajuste salarial, porque en direcionada para ter aplicação a outras regiões do País, abrangendo pactos celebrados entre as representações do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, e o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo e Companhia Ultragás S/A e outras, - pacto de que não fez parte a ora Impugnante

6. - Nenhum empregado da ora Impugnante (da área do Rio Grande do Norte), foi admitido antes de 1º de janeiro de 1974, sendo de relevo acrescentar que, em setembro de 1974 o mais antigo só contava ou poderia contar, como tempo de serviço, no máximo, 9 (nove) meses.

Em setembro de 1974 (data fixada no pretendido acordo de revisão / salarial, como base para o início de sua vigência), nenhum servidor da Suscitada havia sequer completado um(1) ano de trabalho na empresa, condição indispensável para plei

EM BRANCO

tos de reajustamento salarial (art. 873, da Consolidação das Leis do Trabalho).

7. - A Suscitada concedeu a seus empregados, em 1974 - a partir de 1º de outubro, - como antecipação de aumento salarial, 20% (vinte por cento) sobre os salários, vigentes em 30 de setembro desse mesmo ano. E, em maio de 1975 (1º de maio), por conseguinte 7 (sete) meses depois, concedia um outro aumento salarial, desta feita de 18% (quinze por cento) sobre os salários vigentes a 30 de abril de 1975, perfazendo o aumento global concedido, um aumento fixo de 38% (trinta e oito por cento) conforme se deduz dos cálculos a seguir, feitos em conformidade com o Decreto nº 75.678, de 29 de abril de 1975: $1,20 \times 1,15 = 1,38$, - sobre os salários vigentes em janeiro de 1974.

O pleito do Sindicato suscitante / se refere a aumento de 29,8% a vigorar a partir de 1º de setembro de 1974, compensados os eventuais aumentos de caráter geral havidos a partir da data base. O aumento dado por antecipação pela Suscitada a partir de 1º de outubro / de 1974, foi de 20%, complementado, posteriormente, ou seja, em 1º de maio de 1975, para 38%. Pelo que se observa, houve maior benefício no aumento concedido espontaneamente / pela empresa Suscitada, aos seus servidores, do que o que lhes poderia dar o aumento que o Sindicato suscitante // pleiteia.

8. - As condições da economia da região norte/nordeste, onde se situa a empresa Suscitada, diferem substancialmente das que vige para os Estados do Centro e Sul do País. - Com o pleito de que trata o presente dissídio, quer o Sindicato suscitante equiparar às do centro/sul do País, as condições / que se verificam no norte/nordeste, o que é um absurdo autêntico.

As empresas localizadas na região / norte/nordeste continuam restritas à capacidade aquisitiva do mercado local e regional, e, por conseguinte, ainda sem possibilidade de alcançar os índices de crescimento / obtidos pelas regiões mais favorecidas do Brasil. Em razão disso, qualquer encargo adicional colocado sobre essas empresas representará, por certo, no estabelecimento / de sérias dificuldades para as mesmas.

Essa distinção de níveis econômicos regionais é salientada pelo próprio salário-mínimo que na região centro/sul é de Cr\$ 532,80, enquanto que na região /

EM BRANCO

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes
autos da causa seguinte

Natal, 3 / 9 / 75

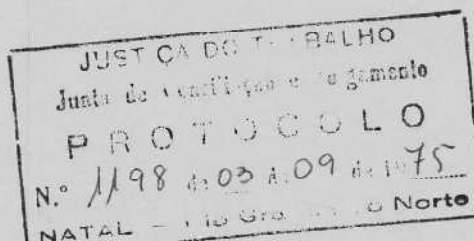
Chelo de Secretaria



**SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS
MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Fundado em 28 de Agosto de 1955, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 28 de Setembro de 1956, Sob Nº 183.469
SÉDE PROVISÓRIA: Rua Cel. José Bernardo, 926-Alecrim C. G. C. 08.039.125/001
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Natal.



O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por seu advogado no final assinado, nos autos do dissídio coletivo instaurado pela referida entidade, contra a empresa NORTE GÁS BUTANO S/A, vem requerer a V. Excia. que sejam requisitados à suscitada os seguintes documentos, que comprovarão a sucessão trabalhista alegada na inicial:

Notas fiscais referentes à compra do aervo da HELIOGÁS S/A COMERCIO E INDUSTRIA, pela empresa suscitada, emitidas pela vendedora em 24-11-1973:

Série B-1 - Números 000103 a 000110
000112 a 000115
000117 a 000119
000122

Série B-2 - 008578

Notas fiscais referentes à compra do acervo da ULTRAGÁS, pela empresa suscitada, emitidas pela vendedora em 18-10-1974:

Série B-1 - Números 000008 a 000016

Nota fiscal emitida em 30-10-1974 - Série B-1 - Números 000017 a 000030

Notas fiscais referentes à compra do acervo da PIBIGÁS DO BRASIL S/A, pela empresa suscitada, emitidas em 29-6-75:

Série B-3 - Números 002539 a 002548

Requer ainda a juntada a os autos do dissídio de fotocópias da ata de instrução e julgamento e decisão dessa Egrégia Junta, extraídas dos autos da reclamação promovida por PEDRO CESARIO DA SILVEIRA e outros contra a empresa suscitada, em cuja reclamação ficou reconhecida a sucessão trabalhista da empresa suscitada em relação à PIBIGÁS DO BRASIL S/A.

Termos em que,

P. Deferimento.

Natal, 1º de setembro de 1975.

Edson Lemos de Lucena
EDSON LEMOS DE LUCENA
Advogado - Inscrição 143 na O.A.B. RN
C.I.C. 003489374



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

8

ATA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO Nº/0715 a

Proc. 0874/75

0721/75

Aos 27 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e

setenta e cinco, as 13:35 horas, estando aberta a audiência da

Junta de Conciliação e Julgamento desta Cidade, na sala respectiva, na Av. Hermes da Fonseca, 1076.

com a presença do Sr. Presidente, Dr. Roberval Burgos e dos vogais Eustáquio Alves de Medeiros, dos empregadores e Mirocem Ferreira Lima, dos empregados,

foram, por ordem do Sr. Presidente, apregoados os litigantes, PEDRO CESARIO - DA SILVEIRA E OUTROS (07) reclamante e NORTE GÁS BUTANO S/A,

reclamado. Presentes os reclamantes, pessoalmente, acompanhados pelo seu advogado dr. Edson Lemos de Lucena, inscrição OAB, Rn nº 143.

A reclamada representado pelo sr. Antonio Alves de Souza Sobrinho, acompanhado pelo seu advogado dr. Tulio Fernandes inscrição OAB, Rn, nº 26.

Aberta a audiencia o advogado da reclamado disse que apresentava a contestação por escrita, a quel requeria juntada e foi lida em voz alta.

Não houve acordo.

INTERROGATÓRIO DO RECLAMANTE SEVERINO ROMÃO DA SILVA: que nenhum empregado da Pibigás foi aproveitado pela Norte Gás; que a entrega de gás que era feita obrigatoriamente aos clientes - da Pibigás passou a responsabilidade da Norte Gás; que o depósito da Pibigás continua em funcionamento por ordem do gerente da Norte gás, aqui presente, e que o gerente da Pibigás de há muito foi dispensado; que todos os bujões e depósitos de gás - para venda ao consumidor, foram entregues a Norte Gás; que receberam dinheiro da Pibigás até o mês de abril e que no dia 24 deste mês foram chamados ao escritório da Norte Gás e através do seu gerente, aqui presente, foi concedido aos reclamantes - um adiantamento, adiantamento esse que corresponde aos vales - que a reclamada juntou; que apesar dos vales conterem a indica

cão de que a reclamada juntou; que apesar dos vales conterem a indica

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RM

R. M. CUNHA

C.G.C. 08251932/0001

Rua Coronel Ezequiel de Azevedo, nº. 1388-A

ALECRIM - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de agosto de 1975

Fidel



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

Fl. 2

e ali recebido; que o endereço do escritório da Pibigás é na av. eng. Hildebando de Gois, 184 a 188; que o depósito se encontra fechado, com as chaves em poder do gerente da Norte Gás, aqui presente; que só com ordem deste e mediante entrega das chaves é que o mesmo pode ser aberto.

Sebastião da Silva

Os demais reclamantes, presentes a esta audiência, confirmaram o depoimento supra.

INTERROGATORIO DO REPRESENTANTE DA RECLAMADA: que exerce o cargo de gerente da Norte Gás; que quase todos os bujões da Pibigás foram entregues a Norte Gás a título de empréstimo; que, digo, que não sendo a primeira vez de empréstimo dessa natureza se realiza (empréstimo); que a Norte Gás é instalada em Natal a partir de janeiro de 1974; que a Norte Gás se comprometeu a suprir o fornecimento de gás a todos os clientes da Pibigás; que o depósito da Pibigás se encontra fechado e as chaves se encontram a disposição da Pibigás, no escritório da Norte Gás; que em atenção a um pedido do Sindicato a que pertence os reclamantes, telefonou para Recife, para a Pibigás, solicitando que remetesse numerário para fazer adiantamento; que não procurou o pessoal da Pibigás em Natal, porque era seu interesse atender ao Presidente do Sindicato e por isto telefonou diretamente para Recife; que é norma do CNP a obrigatoriedade de qualquer companhia abastecer a praça no caso de deficiência de alguma; que os depósitos da Pibigás, apesar das chaves se encontrarem no escritório da Norte Gás, não foi a esta cedido; que os bujões foram cedidos a Norte Gás através de nota fiscal; que não sabe se a Pibigás continua vendendo gás dentro da cidade de Natal; que também não sabe esteja a Pibigás em qualquer outra atividade dentro de Natal; que não sabe de qualquer outro endereço da Pibigás, nesta praça, além do depósito que se encontra fechado e com as chaves em poder do escritó -

PAZ DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RM

R. M. CUNHA

C. G. C. 08351737/0001

Rua Coronel Esévio nº. 1388-A

ALECRIM - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de agosto de 1975

Linda



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

Fl. 3

escritório da reclamada; que o escritório, digo, que não sabe se a Pibigás tem escritório e se este se encontra funcionando ou fechado; que a loja da Pibigás, existente no centro da cidade, também foi fechada; que não solicitou comparecessem os reclamantes no dia 10 de junho para recebimento do restante dos salários do mês de maio; que a firma reclamada comprou os fogões e os bujões da Brasilgás e da Ultra Gás; que solicitou o dinheiro para pagamento dos vales aos reclamantes, ao departamento de pessoal da Pibigás, em Recife; que não sabe o endereço da Pibigás em Recife, porém consta o mesmo no indicador telefonico; que em Natal só existe a Norte Gás, da qual faz parte a Brasilgás, a Ultragás com, digo, que teve a parte relativa a venda de gás entregue a Norte Gás e a Pibigás - que entregou a maioria dos bujões a Norte Gás a fim de que esta suprisse os clientes da Pibigás; que a Pibigás atualmente não está entregando gás em Natal, o que é feito pela Norte Gás.

Antônio Alves de Souza Felinto

Pelo Presidente foi dito que indeferia a preliminar feita pela reclamada para chamamento da Pibigás, como, litisconsorte, pelos motivos que serão expostos na decisão final.

Declararam os reclamantes que não têm provas a apresentar.

PRIMEIRA TESTEMUNHA DA RECLAMADA: TARCISIO ELOI DE ANDRADE, - brasileiro, casado, com 26 anos de idade, comerciário, residente na av. dos Pinheirais, 409, Neópolis, nesta Cidade; que - trabalha para a reclamada desde janeiro de 1974; que não sabe se a Pibigás vende ou não vende gás atualmente, em Natal; que não sabe se a Pibigás fechou o seu escritório ou depósito, - aqui em Natal; que não sabe se existe um depósito da Pibigás

PARA CONTINUAÇÃO DA ATA

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RN

R. M. CUNHA

C.G.C. 08351852/0001

Rua Coronel Estevão nº. 1389-A

ALECRIM - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de Agosto de 1978

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

de Natal

Fl. 4

483

fechado e as chaves em poder da Norte Gás; que não sabe se a Pibigás emprestou seus bujões a Norte Gás; que sabe que a Norte Gás é quem está fornecendo este produto aos clientes da Pibigás; que não sabe o motivo deste fornecimento; que não sabe se a Pibigás continua funcionando em Natal; que não sabe ter a Norte Gás comprado a Pibigás porque nenhum documento neste sentido passou em suas mãos; que não haveria obrigatoriedade dos documentos passarem em suas mãos mas se tivesse havido a compra saberia; que retifica o seu depoimento para afirmar que não sabe se a Norte Gás comprou ou não a Pibigás; que não sabe os motivos porque a Norte Gás fornece gás aos clientes da Pibigás; que as firmas de gás suprem, no fornecimento, a clientela das outras; que já ocorreu casos dessa espécie em caráter temporário; que a Norte Gás é a única firma em Natal que dispõe de terminal, para recebimento do gás a granel, enquanto a Pibigás era suprida através da vinda dos bujões já cheios; que a Norte Gás não admitiu nenhum empregado da Pibigás; que .

Wellington de Araujo Caldas

SEGUNDA TESTEMUNHA DA RECLAMADA: WELLINGTON DE ARAUJO CALDAS, brasileiro, solteiro, com 27 anos de idade, comerciário, residente na rua João Lindolfo, 906, nesta Cidade; que é funcionário da reclamada desde fevereiro do corrente ano; que a Pibigás fechou os seus escritórios em Natal; que o depósito da Pibigás também está fechado porém não sabe com quem se encontram as chaves; que a Pibigás deixou de fornecer gás a sua clientela em Natal; que foi a Norte Gás quem ficou fornecendo a clientela da Pibigás; que não sabe o motivo porque o fornecimento passou a ser feito pela Norte Gás; que não sabe se a Norte Gás adquiriu os bujões da Pibigás; que não sabe se a Norte Gás comprou a Pibigás; que sabe que o escritório da Pibigás está fechado mas que existe registro da firma Pibigás na Junta Comercial, na Prefeitura e no INPS; que assistiu o pagamento dos va-

PARA CONTINUAÇÃO DA ATA

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RN

R. M. CUNHA

C.G.C. 08351452/0001

Rua Coronel Estevão nº. 1388-A

ALFECRIM - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de agosto de 1978

Filipe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

Fl. 5

dos vales aos reclamantes e que sabe ter vindo o dinheirô da -
Pibigás em Recife, através da Norte Gás; que na hora do paga -
mento de nome Romão, Orlando, Genival acharam que o pagamento -
das indenizações deveriam ser feitos pela Pibigás e não pela
Norte Gás; que nenhum outro empregado da Pibigás passou a tra -
balhar na Norte Gás; que o depoente trabalhava na Pibigás, ten -
do saído em outubro de 1974;.

Wellington de Araújo Balda

Declarou o advogado da reclamada que não tem -
mais provas a apresentar.

Com a palavra para razões finais o advogado -
dos reclamantes disse que: não nega a reclamada a despedida dos
reclamantes, atribuindo-a a Pibigás do Brasil S/A uma vez que -
contesta a sucessão trabalhista alegada na inicial. Entretanto
a sucessão ressalta evidente da contestação, do depoimento do
representante da reclamada e dos depoimentos das testemunhas -
por ela trazidas. Assim vejamos: enquanto o representante da re -
clamada em seu depoimento afirma que os bujões da Pibigás foram
entregues a Norte Gas a título de empréstimo, a contestação diz
que a Norte Gás comprou mercadorias do estoque da Pibigás, isto
é, fogões e botijões para revenda. As alegações da reclamada -
através do seu representante e do seu advogado, bem como a pro -
va testemunhal por ela apresentada não deixa dúvidas de que a
Pibigás do Brasil encerrou suas atividades em Natal, transferin -
do todo o seu acervo e toda a sua clientela a Norte Gás do Bra -
sil. Isto significa mudança na propriedade da empresa, que não -
pode afetar os contratos de trabalho pre existentes a alienação
nos termos do art. 448 da CLT. Assim espera os reclamantes a -
procedência da inicial para que sejam os reclamantes reintegra -
dos em seus cargos condena a reclamada a ainda pagar honorários
advocatórios em favor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio

PARA CONTINUAÇÃO DA ATA

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RN

R. M. CUNHA

C. G. C. 08351857/0001

Rua Coronel Esévio nº. 1383-A

ALEGRIA - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de Agosto de 1975

Filida



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

Fl. 6

Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo no Estado do Rio Grande do Norte, que deu assistência - aos reclamantes, na base de 15% do valor atribuído a reclamação, nos termos do que dispõe nas leis 1060 e 5584."

Com a palavra para o mesmo fim, disse o advogado da reclamada que: " entende a reclamada não ter ficado devidamente comprovada a sucessão de vez que na realidade a firma Pibigás do Brasil S/A continuar legalmente existindo em Natal como prova os recibos da última quinzena paga aos reclamantes pela referida firma e assim, como também foi alegado pela última das testemunhas de nome Wellington de Araujo Caldas que chegou a afirmar perante a MM Junta que a Pibigás ainda está devidamente legalizada na Junta Comercial, na Prefeitura, INPS, etc. Que na realidade, conforme se alegou na contestação, a firma reclamada adquiriu por compra ou por empréstimo parte do acervo da Pibigás, filial de Natal, porém que jamais a sucedeu na configuração prevista no art. 10 da CLT pois, conforme ensina Russomano ao comentar o referido artigo "dá-se a sucessão quando uma firma assume o ativo e o passivo de outra" o que na espécie não se verificou pois reafirmamos a filial da Pibigás em Natal continua existindo, tendo apenas reduzido o volume do seu negócio. Assim, pede a reclamada a procedencia da preliminar e ilegitimidade de parte e no mérito a improcedencia da reclamação como de direito e de justiça."

Não houve acordo.

Em seguida o Juiz Presidente propôs e a Junta proferiu a seguinte decisão:

"VISTOS, etc.

PEDRO CESÁRIO DA SILVA E OUTROS

(7) apresentaram reclamação contra a NORTE GÁS BUTANO - S/A, filial de Natal, alegando que eram dirigentes sindicais e empregados da Pibigás do Brasil S/A, filial de Natal, sendo despididos no dia 30 de abril do corren-

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RN

R. M. CUNHA

C.G.C. 08551652/0001

Rua Coronel Eslevão nº. 1389-A

ALECRIM - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de Agosto de 1975

Filipe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

Fl. 7

corrente ano sob a alegação de que a empregadora, naquela data, estava sendo sucedida pela reclamada Norte Gás Butano S/A e que esta não aceitava em seus quadros empregados admitidos pela empresa sucedida. Foi feito o pedido para reintegração dos reclamantes com salários vendidos e vincendos e honorários advocatícios em favor de sua entidade sindical. A causa foi dado o valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Contestando a reclamada apresentou a preliminar de ilegitimidade de parte sob a alegação de que jamais foi empregadora dos reclamantes, por via direta ou por sucessão, sendo que a única operação que efetuou com a Pibigás do Brasil, filial de Natal, foi a aquisição de algumas mercadorias do seu estoque (fogões e botijões), para revenda. Por outro lado, em momento algum sucedeu a citada Pibigás do Brasil S/A, filial de Natal, que continua operando normalmente e tendo existência jurídica própria, inalterada. Alegou, ainda, que não houve mudança de propriedade da Pibigás do Brasil S/A, filial de Natal, que continua existindo. Alegou, também, que por parte da reclamada não houve aproveitamento dos contratos mantidos pelos servidores em alusão (os reclamantes) com a Pibigás do Brasil S/A, filial de Natal. Requereu finalmente fosse excluída a contestante da reclamatória como parte manifestamente ilegítima. Quanto ao mérito alega que os reclamantes jamais foram empregados da contestante, seja por via indireta, seja por sucessão e que a Pibigás do Brasil S/A continua existindo, pertencendo aos seus titulares. Juntou seis documentos.

Interrogados os reclamantes, o representante da reclamada e duas testemunhas apresentadas pela reclamada.

As partes arrazoaram e não foi pos-

PARA CONTINUAÇÃO DA ATA

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RN

R. M. CUNHA

C. G. C. 08951252/0001

Rua Coronel Eslevão nº. 1388-A

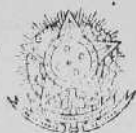
ALECRIM - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de agosto de 1975

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

Fl. 8

ISTO POSTO:

A preliminar e o mérito fazem as mesmas afirmativas: não é empregadora dos reclamantes, não houve sucessão e a Pibigás do Brasil S/A continua existindo.

A preliminar de ilegitimidade de parte e implícito chamamento da Pibigás para integrar a lide como litisconsorte foi julgada improcedente, após a contestação e interrogatório das partes quando se evidenciou ter sido fechado o escritório e o depósito da Pibigás do Brasil S/A em Natal, sendo bastante evidente a existência de uma sucessão.

A contestação afirma que a Norte Gás adquiriu apenas algumas mercadorias do estoque da Pibigás. Estas mercadorias foram fogões e botijões. O gerente da reclamada afirma em seu depoimento que quase todos os bujões da Pibigás foram entregues a Norte Gás a título de empréstimo, tendo a Norte Gás se comprometido a suprir o fornecimento de gás a todos os clientes da Pibigás e que o depósito da Pibigás se encontrava fechado e as chaves se encontravam a disposição da Pibigás, no escritório da reclamada. Afirmou ainda que fez pagamento de um vale aos reclamantes após telefonar para a Diretoria da Pibigás em Recife.

O fato incontestável é que a Pibigás não mais existe de fato em Natal. Se existisse deveria ter pelo menos um único representante a quem os empregados pudessem se dirigir, não estaria a chave do seu depósito em poder da Norte Gás e não teria entregue à Norte Gás a sua clientela e os bujões de gás. Ora, uma empresa de fornecimento

PARA CONTINUAÇÃO DA ATA

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RN

R. M. CUNHA

C.G.C. 08251852/0001

Rua Coronel Estevão nº. 1388-A

ALFECIM - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal 29 de Agosto de 1975

Silva



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

Fl. 9

fornecimento de gás que não dispõe de bujões para fornecimento do produto a sua clientela, que fechou seu escritório e deixou o seu depósito a disposição da reclamada de fato deixou de existir.

Se existisse a Pibigás em Natal, a reclamada teria fornecido o seu endereço, pois para receber os bujões de gás e manter entendimento sobre o fornecimento do produto a clientela da Pibigás, deve ter sido o entendimento mantido em algum lugar, com os diretores da Pibigás. Por outro lado, não precisaria telefonar para Recife a fim de pagar vales aos reclamantes.

Ressalte-se o interesse da reclamada em dizer pouco, dizer somente o indispensável em seu proveito. Uma transação em que uma firma entrega a sua clientela, os depósitos onde acondiciona o produto que vende, ficando sem funcionamento, deveria ter sido feita através de ato escrito, para resguardo de interesses dos empregados e de terceiros. Porém se houve contrato em que termos, não foi trazido ao conhecimento da Justiça.

Através do mesmo processo também a Brasil Gás e a Ultra Gás deixaram de existir, de fato, conforme depoimento do preposto da reclamada, pelo que a Norte Gás é a única distribuidora de gás liquefeito nesta Cidade.

O recebimento do acervo de bujões e do campo de comércio, da clientela certa da Pibigás pela reclamada estão a demonstrar um acordo de bastidores, um procedimento doloso, fraudulento e simulado. Simulado sim porque tenta esconder a real intenção, com subversão da verdade. Os simuladores visam sempre a fins ocultos, para engano e prejuízo de

PARA CONTINUAÇÃO DA ATA

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RN

R. M. CUNHA

C.G.C. 08551252/0001

Rua Coronel Estevão nº 1388-A

ALCIRIM - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de Agosto de 1975

Fidel



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

Fl. 10

prejuízo de terceiros. A reclamada tenta de fato ocultar a sucessão, nesta praça, da filial de Pibigás. Porém tendo substituído a Pibigás ante seus clientes e recebido o acervo com que a Pibigás poderia continuar a executar o ramo de comércio a que se dedica, a reclamada de fato sucedeu a Pibigás. A sucessão trabalhista difere fundamentalmente da sucessão clássica - do direito comercial. Aquela é (trabalhista) de ordem pública, não podendo prevalecer contra ela a vontade individual, mesmo através de simulações, de mascaramento da realidade.

Ademais, a CLT, em seu artigo nono declara nulos os atos que tentam desvirtuar ou fraudar os seus dispositivos. Neste ponto, tenta a reclamada fraudar o direito dos reclamantes de, na qualidade de dirigentes sindicais, continuarem no emprego - com base no art. 543, parágrafo 3º do mencionado diploma legal.

A firma Pibigás se existe em Natal, deve existir tão somente registros existentes em repartições públicas, mas de fato extingui-se.

A reclamada é sucessora da Pibigás do Brasil S/A, de fato, devendo os reclamantes serem na mesma reintegrados.

Não houve contestação da qualidade de dirigentes sindicais dos reclamantes, nem dos seus cargos e salários.

Ante o exposto, DECIDE a Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, por unanimidade, julgar PROCEDENTE a reclamação e condenar a firma NORTE GÁS BUTANO S/A a reintegrar os reclamantes PEDRO CESÁRIO DA SILVEIRA, ANTONIO CAMELO DA SILVA, SEVERINO ROMÃO DA SILVA, LUIZ GASPAR DUTRA, GENIVAL ROBERTO

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RN

R. M. CUNHA

C.G.C. 08251252/0001

Rua Coronel Esévão nº. 1388-A

ALCORN. NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fotocópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de Agosto de 1975

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE NATAL

55
FL. 11

ROBERTO DE FARIAS, ORLANDO DA SILVA e GERALDO SOARES DA SILVA nos cargos e salários constantes da inicial, com pagamento de salários vencidos e vincendos. Condena, ainda, a reclamada a pagar 15% de honorários - advocatícios em favor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solvente de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte, calculados sobre o valor dado à causa. Custas de Cr\$ 338,50, sobre o valor dado a causa o qual servirá de base para cálculo do valor do depósito em caso de recurso."

Dita decisão foi proferida em voz alta, ficando as partes cientes do seu inteiro teor.

E para constar, eu, Dr. Rui Barbosa, Diretor de Secretaria, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Juiz Presidente e vogais.

Roberval Borges
Dr. Roberval Borges
Juiz Substituto

PARA CONTINUAÇÃO DA ATA

Eustaquio Alves de Medeiros
Eustaquio Alves de Medeiros
Vogal dos empregadores

Mirocem Ferreira Lima
Mirocem Ferreira Lima
Vogal dos empregados

Rui Barbosa
Dr. Rui Barbosa
Diretor de Secretaria

CORRETAGEM ESTATAL TRANS/RN

R. M. CUNHA

C.G.C. 08251252/0001

Rua Coronel Esébio nº. 1388-A

ALCRIM - NATAL

CONFERÊNCIA

A presente fot-cópia confere com o documento de igual teor e forma que lhe deu origem.

Natal, 29 de Agosto de 1975

Filipe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

ATA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO N.º -
PROC. Nº 1372/75

Aos 05 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, as 13:35 horas, estando aberta a audiência da Junta de Conciliação e Julgamento desta Cidade, na sala respectiva, na Av. Hermes da Fonseca, 1076 - Tirol com a presença do Sr. Presidente, Dr. FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS

foram, por ordem do Sr. Presidente, apregoados os litigantes, Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais, e solvente de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte, suscitante e Norte Gás Butano S/A, suscitada.

~~XXXXXXXXXX~~ Presente o suscitante SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS-MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, representado pelo Presidente do Sindicato Sr. José Pinto Todrigues, acompanhado do seu advogado Dr. Edson Lemos de Lucena, inscrição OAB-RN 146.

Presente o suscitado NORTE GÁS BUTANO S/A, através do seu advogado Dr. Túlio Augusto Fernandes de Oliveira, inscrição OAB-RN 126.

Aberta a audiência o dissidente suscitado teve conhecimento de petição apresentada pelo dissidente suscitante na qual este solicita diversos documentos constantes de notas fiscais, todos em poder da Norte Gás Butano S/A, e ainda de cópia autenticada da ata do Processo 0874/75, em que são partes Pedro Cesário da Silveira e outros e Norte Gás Butano S/A.

O Juiz Presidente esclareceu que a petição havia da entrada na Secretaria da Junta dois dias antes da audiência o que impedira providenciar as diligências solicitadas pelos dissidentes suscitantes e concedeu à parte suscitada prazo até a próxima audiência para apresentação dos documentos requisitados pelo Sindicato suscitante.

Em seguida foi adiada a audiência para o dia 12 de setembro de 1975, às 13:40 horas, ficando as partes cientes.

E, para constar, eu, Dr. Rui Barbosa, Diretor de Secretaria, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Sr. Juiz Presidente.

FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS
Juiz Presidente

RUI BARBOSA
Diretor de Secretaria

EM BRANCO



57

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

ATA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO N.º -

PROC. Nº 1372/75

Aos 12 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, às 13:40 horas, estando aberta a audiência da Junta de Conciliação e Julgamento desta Cidade, na sala respectiva, na Av. Hermes da Fonseca, 1076 - Tirol com a presença do Sr. Presidente, Dr. FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS


foram, por ordem do Sr. Presidente, apregoados os litigantes, Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais, e Solvente de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte, suscitante e Norte Gás Butano S/A, suscitada.

~~XXXXXXXX~~ Presentes os dissidentes suscitantes.

Ausentes os dissidentes suscitados.

Aberta a audiência o Juiz Presidente deu a instrução por encerrada e concedeu às partes o prazo de 48 horas para apresentarem suas razões finais, devendo, após isso, os autos lhes ser conclusos. Cientes os dissidentes suscitantes. Devendo ser notificado o dissidente suscitado.

E para constar, eu, Dr. Rui Barbosa, Diretor de Secretaria, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Sr. Juiz Presidente.


FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS
Juiz Presidente


RUI BARBOSA
Diretor de Secretaria

C E R T I D A O

CERTIFICO que nesta data foi expedida notificação à empresa suscitada para ciência do prazo concedido pelo Exmo. Sr. Presidente para apresentação das razões finais.

Natal, 15 de setembro de 1975

Rui Barbosa
Diretor de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D e Natal

PROC./JCJ/Nº/1372/75

Natal, 15.09.75

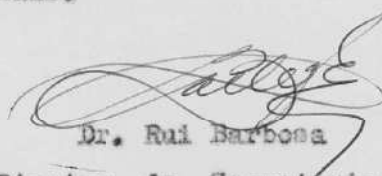
De: Diretor de Secretaria da J.C.J. de Natal

Ac: Norte Gás Butano S/A.

Assunto: notificação (faz)

Senhor Gerente da Norte Gás Butano S/A:

Fica V. Sa. notificado para ciência de que na audiência do dia 12 de setembro de 1975, às 13:40 horas, em que é Suscitante o Sindicato dos - Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solvente de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte e suscitada a Norte Gás Butano S/A, o Exmo. Sr. Presidente desta Junta concedeu às partes o prazo de 48 horas para apresentarem suas razões finais.


Dr. Rui Barbosa
Diretor de Secretaria

NORTE GÁS BUTANO S/A

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes
autos da petição e alegações finais
do Recurso -

Natal, 16/9/75


Chefe de Secretaria

59
Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Natal.

h. A
16 5. 75
26

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por seu Representante Legal no final assinado, nos autos de Dissídio Coletivo promovido contra NORTE GÁS BUTANO S/A, Processo nº 733 - TRT - 6a. Reg. / Processo nº 1372/75 - JCJ - Natal, vem perante V. Exa. requerer a juntada, no prazo legal, das alegações finais escritas, nos autos em apreço.

P. Deferimento

Natal, 15 de setembro de 1975

Josey
José Pinto Rodrigues

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte.

602

Processo Nº 733 - TRT - 6a. Região
Processo Nº 1.372/75 - JCJ - Natal

Alegações finais escritas, em Dissídio Coletivo

Suscitante: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COM
BUSTIVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE.

Suscitada : NORTE GÁS BUTANO S/A.

EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6a. REG.

Precedida de todos os requisitos legais, a instauração da instância, não tendo havido acôrdo ou conciliação, a principal defesa da Suscitada baseou-se no entendimento de que não sucedera a HELIOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, signatária do acôrdo de fls. 5.

É de salientar, pela firmeza de suas considerações, o arazoado de fls. 10 e 11, no processo DRT. - 4.428/74 (Delegacia Regional do Trabalho no Rio Grande do Norte), apenso aos presentes autos, e firmado pelo Inspetor do Trabalho Wharton P. Torres Galvão, onde se analisa com muita segurança, para finalmente refutar o raciocínio exposto pela Suscitada.

Quanto a argumentação de que a Resolução nº 283/74 do Conselho Nacional de Política Salarial abrangeria apenas pactos celebrados entre as representações do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, houve equívoco manifesto da Suscitada, vez que do documento de fls. 8, se deprende exatamente o contrário do que acima ficou dito.

É importante aduzir que a Suscitada tem fugido de apresentar a documentação que lhe foi pedida tanto no Processo Administrativo, instaurado na DRT do Rio Grande do Norte, quanto na petição de fls. do Suscitante arazpeito de notas fiscais emitidas por Heliogás S/A Comércio e Indústria, Ultragás e Pibigás do Brasil S/A e que comprovariam sucessão trabalhista alegada na inicial, o que aliás pela revelia da Suscitada, na audiência de 12 do corrente mês de setembro, gerou a pena de confissão sobre o assunto; ainda no tocante ao problema da sucessão, a Ata de Instrução e Julgamento da Reclamação 0874/75 da JCJ de Natal, anexa a estes autos é bastante esclarecedora e se trata de um pronunciamento judicial.

Por todo o exposto, espera o Suscitante a procedência do pedido, de acôrdo com a inicial e com os cálculos de fls. 9 e 9v., para que finalmente decreto essa Egrégia Côrte o aumento nos salários

ENCLOSURE

EM B

6/12
nos salários dos empregados da Suscitada em Natal - RN, de acordo com
as bases solicitadas.

Natal, 15 de setembro de 1975

José Pinto Rodrigues
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte.

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes
autos do AR 787846

Natal, 16 9, 75



cheio de secretaria

SEC. Proc. JCP 1372/75

AVISO DE RECE

Número do Registrado 437.246

Data do Registro 13.09.75

RECEBI



Natal, 16 de Setembro 1975

X Pautinho

Norte Gas Butano

NOTA - Este recibo deve ser
meira mala como correio

JCI - Mod. 45 - G - F R T





PODER JUDICIARIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")



PERNAMBUCO
BRASIL





63

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D

Em Branco

[Assinatura]
Declaro



64/83

Alegações finais, pela Suscitada

A NORTE GÁS BUTANO S/A, como suscitada, ratifica os termos de sua contestação de fls. mormente no que tange ao seguinte:

1º Inicialmente não é verdade que a suscitada tenha deixado de comparecer a audiência do dia 12 do corrente (Vê as Atas das audiências dos dias 05 e 12 de setembro, de fls. a fls.);

2º À suscitante não se pode aplicar o acordo coletivo de salário referido pelo Sindicato suscitado nem a proposta de acordo inscrita na pessa vestibular. É que tal acordo só se pode aplicar às partes convenientes, como é óbvio. O acordo coletivo é um contrato bilateral, se a suscitada não o assinou como se lhe pode obrigar a cumprir suas cláusulas e condições? Através de uma pseudosuccessão trabalhista, isto não ficou comprovado em nenhuma fase processual;

3º O instituto da sucessão trabalhista subjamente tratado nos artigos 10 e 448, da CLT, cuidam de alterações na propriedade ou na estrutura da empresa, o que na realidade não ocorreu. A suscitada instalou-se em Natal, para explorar atividades do seu ramo de comércio, indiferentemente a qualquer modificação que porventura tenha ocorrido a outra empresa. A suscitante é uma sociedade com filiais em diversos Estados do Nordeste, devidamente aparelhada para o tipo de atividade que exerce, que se instalou nesta Capital, com servidores próprios, sem aproveitamento de remanescentes do quadro de pessoal de qualquer outra congênere. Como ficou devidamente comprovado, no decurso da instrução, a única operação que, efetivamente, efetuou com a HELIOGÁS S/A, COMÉRCIO E INDÚSTRIA foi a aquisição de parte de seu acervo;

4º Finalmente, a RESOLUÇÃO Nº 283/74, do Conselho de Política Salarial, não pode, em absoluto, servir de fundamento ao pretendido reajuste salarial, porque endereçada para ter aplicação a outras regiões de País, abrangendo pactos celebrados entre as representações do Sindicato congênere da Guanabara e Rio de Janeiro e outros, pois não alcança a Suscitada, que não fez parte do mesmo. Quem não participou de um pacto, quem não o assinou não pode estar sujeito às suas imposições, como é evidente, lógico, claro, intuitivo.

Face ao exposto, espera a Suscitada a improcedência do dissídio como de Direito e de Justiça.

(Natal, 17 de Setembro de 1975)
Elcio Gomes. Procurador de Defesa
Adv. em 26/09/75 nº 003384114

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D

CERTIDÃO

CERTIFICO que as partes ssuscitante e
suscitada apresentaram razões finais.

Natal, 19 de setembro de 1975

Rui Barbosa
Diretor de Secretaria

Conclusão

Nesta data, faço es p sentis autos conclu-
sos ao Exmo. Sr. Juiz Presidente.

Natal, 19/9/1975

Chefe de Secretaria

EM BRANCO.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional do
Trabalho - 6ª Região

Designado por Vossa Excelência, nos termos do artigo 866, para as atribuições de que tratam os artigos 860 e 862 da C.L.T., neste dissídio coletivo, submeto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, ainda nos termos do mesmo artigo 866, exposição dos fatos e solução que me parece mais conveniente e mais justa.

À primeira audiência depois do dissidente suscitado recusar proposta de conciliação constante do item VI da petição inicial, sob alegação de haver concedido aumentos espontâneos superiores aos índices do Conselho Nacional de Política Salarial, o Juiz Presidente propôs, sem sucesso, que a conciliação fosse feita em torno da diferença salarial a ser apurada no período de outubro de 1.974 a maio de 1.975.

Não tendo sido possível conciliar, o dissidente suscitado ofereceu a defesa de fls. em que sustenta, em resumo, (1) que não subscreveu o último acordo salarial e (2) que não é sucessor de Héliogás S/A Comércio e Indústria e Pibigás do Brasil S/A.

A hipótese, então, que de partida tem interesse de decisão prevalentemente econômica, passa, agora, a configurar uma questão jurídica preliminar: a de se estabelecer se teria ocorrido, na especial, a sucessão trabalhista de que cogitam os artigos 10 e 448 da C.L.T.

EM BRENCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D e Natal

GP

O dissidente suscitante requereu, para sua prova, documentação em poder do dissidente suscitado e constante de notas fiscais pelas quais se comprovaria a aquisição pela Norte Gás Butano S/A do acervo da Héliogás... S/A Comércio e Indústria e Pibigás do Brasil S/A. Essa documentação, apesar do prazo bem amplo concedido pelo Juiz Presidente, não foi juntada aos autos pelo dissidente suscitado. A omissão da Norte Gás Butano S/A implica, pelo melhor juízo crítico da teoria das provas, em seu desfavor: é tido por provado o que a parte requerente pretendeu provar.

Mas também em defesa em processo de fls., oriundo da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, o dissidente suscitado declara, textualmente, ter adquirido aquele acervo, porém com a ressalva de haver sido demitido todo o pessoal das empresas suscitadas em 31 de dezembro de 1.973 e readmitido em 01 de janeiro de 1.974.

A transação, evidentemente, foi prejudicial aos empregados porque deixou sem cobertura de teto salarial autorizado pelo órgão público competente, o período que vai de outubro de 1.974 a maio de 1.975. Se o pessoal era optante pelo Fundo de Garantia, então a empresa terá feito bom negócio pagando com verba que não lhe pertencia. De todo modo os empregados é que perderam porque a alteração da estrutura jurídica da empresa, contra letra e espírito do artigo 10 consolidado, lhes afetam direitos adquiridos a partir do acordo de revisão salarial de 10 de outubro de 1.973.

Em decisão prolatada no Processo 0874/75, a Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, argumentando com

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Natal

o artigo 9º da C.L.T., decidiu pela sucessão trabalhista, em ação proposta contra a mesma Norte Gás Butano S/A.. A questão está em grau de recurso junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho. Mas é um entendimento da primeira instância, em reclamação individual, que abrange a questão jurídica agora posta, de saída, no nível de decisão que deverá ser proferida em processo de competência da segunda instância do judiciário trabalhista. E este processo somente revigora a prova que serviu de lastro e fundamento para a decisão tomada no referido processo nº..... 0874/75, da Junta de Conciliação e Julgamento de Natal,

Decidida, então, a questão preliminar da sucessão trabalhista, é certo que o mérito da questão, pelo cerco de providências governamentais a que se submete a justiça especial em questão de política de salários, não oferece nenhuma dificuldade ao julgador. O reajuste salarial oferecido pelo Conselho Nacional de Política salarial é de vinte e nove inteiros e oitenta e seis centésimos por cento (29,86%) a ser aplicado "sobre os salários-base de setembro de 1973 e a vigorar de 1º de setembro de 1974 a 31 de agosto de 1975, efetuadas as compensações previstas em lei." E a taxa "concernente à perda do poder aquisitivo real médio, para reajustamento salarial na categoria suscitante" é de dois inteiros e setenta e dois centésimos por cento (2,72%), conforme cálculos efetuados pela contabilidade do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho. O total de trinta e dois inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento (32,58%) é reajustado para trinta e três inteiros por cento (33%). Essa taxa de reajuste salarial não foi objetada por nenhum dos dissidentes, quer susci

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO e Natal

suscitante ou suscitado. Evidente, por outro lado e nos termos da legislação vigente, que deverão ser compensados nos aumentos espontâneos concedidos pela suscitada no total de trinta e oito inteiros por cento (38%).

Esta, Senhor Presidente, a solução que me parece mais justa para o reajuste salarial dos empregados das EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO.

Respeitosas Saudações,

FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS

Juiz Presidente da J.C.J. de Natal

REMESSA

Nesta data, remeto ^{presentes} autos a Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Natal, 22 de Setembro 1935

EM BRANCO.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 6.ª REGIÃO

Protocolo 263
Livro Proc. Folha 123
Proc. _____ Classe _____
Recife, 24-09-75.
M.ª Flar A. Cavalcanti
Enc. do Protocolo

Recebimento

Nesta data, foram recebidos os presentes
autos e remetidos pelo J. C. J. de
Natal RN
Recife, 24 de setembro de 19 75
M.ª Flar A. Cavalcanti
Enc. do Protocolo

Termo de Revisão de Folhas

Contém estes autos, 70 folhas, todas numeradas
Do que, para constar, lavro este termo, aos 24
de setembro de 19 75
M.ª Flar A. Cavalcanti
Enc. do Protocolo

EM BRANCO

MP
Serviço de Cadastro Processual



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

2/3

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz PRESIDENTE

Recife, 25 de 07 de 1975

[Assinatura]
Chefe Serviço de Processos

*A' honrabilidade
Sr. J. A. A. A.
Vau...*

REMESSA

NESTA DATA FAÇO REMESSA DESTES AUTOS

A Procuradoria

RECIFE, 25 DE 09 DE 1975

cf. P. 21/75

Procuradoria da Justiça do Trabalho - 6ª Região

Nesta data, recebidos estes autos do T. R. T.,

remeto-os ao Procurador

José Guedes Corrêa Gondim Filho

Procurador Regional

Recife, 26 de 09 de 1975

Ass.

72/

T.R.T.-733/75

Suscitante: Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solvente de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte.

Suscitado: Norte Gás Butano S/A

Procedência: Natal - RN

P A R E C E R

I- Satisfeitas as formalidades legais, ajuizou o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo no Estado do Rio Grande do Norte dissídio coletivo contra Norte Gás Butano S.A., objetivando, "não havendo acordo", acréscimo salarial de 29,86% para os empregados da aludida empresa, incidente sobre o salário em vigor em setembro de 1973, a partir de 1º de setembro de 1974, compensados os aumentos espotâneos concedidos pela suscitada.

Delegou o Exmo. Presidente do Egrégio T.R.T. à Presidência da M.M. Junta de Conciliação e Julgamento de Natal as atribuições de que tratam os artigos 860 e 862 da C.L.T.

Notificadas as partes, apresentou a empresa contestação. Foram juntados vários documentos. Razões finais.

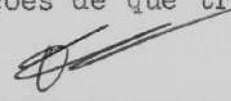
Prestou a autoridade delegada a informação de fls.66/69.

II- Conforme se vê do documento de fls.5, foi registrada na Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte acordo de rescisão salarial celebrado entre o suscitante e várias empresas componentes da respectiva categoria econômica, que vigorou de 1º de setembro a 31 de agosto de 1974.

Evidente que o cumprimento do referido acordo, deveria ser postulado através de reclamação individual, (artigo 872, parágrafo único da C.L.T.).

Outro, porém, é o pleito do suscitante, que propõe o presente dissídio coletivo para que a suscitada seja compelida judicialmente a conceder aumento salarial nas condições de que trata a

(continua)



EM BRANCO

73/8

Resolução do Conselho Nacional de Política Salarial, de 13 de novembro de 1974.

Ao que se depreende do texto do documento de fls.9, a deliberação daquele órgão tem caráter de simples autorização, em relação às empresas a que se refere, dela não decorrendo, pela via administrativa, a obrigatoriedade da concessão.

Nesse pressuposto, admitimos, como meio hábil, para obtenção do reajustamento salarial, a ação proposta. Somente a Justiça do Trabalho poderá, através de sentença normativa, dirimir a matéria, com força vinculativa.

Debate-se no processo se a suscitada é ou não sucessora de uma das empresas que firmaram o acordo de fls.6. A questão, ao nosso ver, é irrelevante e escaparia ao âmbito do dissídio coletivo. Interessa sim verificar se a Norte Gás Bûtano S.A. se inclui entre as "Empresas Distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo" aludidas na Resolução nº 383/74, do C.N. P.S.

Parecendo-se evidente que a suscitada integra aquele grupo, opinamos pela procedência da inicial, atendidas as condições do documento de fls.9, prescindindo esta Procuradoria da informação do D.N.S., dadas as atribuições do Conselho Nacional de Política Salarial, esclarecido que as "compensações previstas em lei" abrangem não apenas as majorações espontâneas, também as compulsórias, ocorridas a partir de setembro de 1973.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Recife, 03 de outubro de 1975.



José Guedes Corrêa Gondim Filho
Procurador Regional

Procuradoria da Justiça do Trabalho - 6ª Região

Nesta data, recebidos esses autos do Procurador

José Guedes Corrêa Gondim Filho

Procurador Regional

remeto-os ao T. R. T.

Recife, 06 de 10 de 1975

[Handwritten signature]

74/102

Not. TRT - SP0 nº 73/75

Recife, 07 de outubro de 1975

Sr. Diretor:

Pela presente, fica V. Sa. notificado a fim de comparecer ao Serviço de Processos deste Tribunal, para receber a Guia de Recolhimento de Custas e Emolumentos Judiciais, referente ao Proc. TRT nº 733/75 - Dis-sídio Coletivo - entre partes: Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte, Suscitante e, Norte Gás Butano S/A., Suscitado, no valor de Cr\$.151,32.

A falta de pagamento no prazo de cinco dias, acarretará as cominações constantes da Resolução nº 57/65, do Colendo T.S.T., art. 25.

Atenciosamente,


Marcelo Rego Barros
Chefe do Serviço Processos

Sr. Diretor
Norte Gás Butano S/A
Avenida Rio Branco - 608
Natal - Rio Grande do Norte.

32

1975 - 1976

1975 - 1976

1975 - 1976

1975 - 1976

EM BRANCO

1975 - 1976

1975 - 1976



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

75
/


Devolvidos, nesta data, pela Procuradoria,
faço os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr.
Juiz Presidente.

Recife, 07 / 10 / 75


Diretor Geral da Secretaria

À distribuição

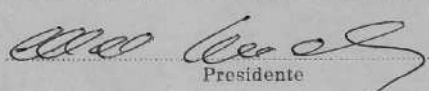
Recife, 07 / 10 / 75


Presidente

Sorteado Relator o sr. Juiz

Revisor o Sr. Juiz

Recife, 13 / 10 / 75


Presidente

Visto, ao Sr. Revisor.

Recife, 20 / 10 / 75


Relator


Visto, à Secretaria.

Recife, 21 / 10 / 75


Revisor

Em pauta.

Recife,


Presidente

EM BRINCO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO
DE RECEITAS FEDERAIS - DARF

10 RESERVADO

14 RESERVADO

11 DATA DE VENCIMENTO
14.10.75

05 NOME COMPLETO DO CONTRIBUINTE

NORTE GÁS BUTANO S/A

08 ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, FICHA, ETC.)

Av. Rio Branco

09 BAIRRO OU DISTRITO

Natal

16 C.F.P.
59.000

11 MUNICÍPIO (CIDADE)

Natal

13 EXERCÍCIO

75

14 COTA DO DUODECÍMIO

15 PERÍODO DE APURAÇÃO

16 TÍPO

733/75

15 ESPÉCIE DE RECEITA

Emolumentos de Dissídio Coletivo

31 OUTRAS INFORMAÇÕES PREVISTAS EM INSTRUÇÕES

PODER JUDICIÁRIO — JUSTIÇA DO TRABALHO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

S P O

N.º E ESPÉCIE

DO PROCESSO

733/75

RECLAMANTE(S)

SIND. TRAB. COM. MINÉRIOS RG NORTE

Suscitante

NORTE GÁS BUTANO S/A

Su citado

000.185

EXPEDIDA EM

13.10.75

RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

Modelo aprovado pelo ato Declaratário n.º 004/75 - BRF / C. I. E. F. / 002

22 MULTA E/OU JUROS

23 CORREÇÃO MONETÁRIA

ATENÇÃO: PREENCHA O DARF A MÁQUINA OU EM LETRA DE FORMA

20 CÓDIGO
1450

21 VALOR - CR\$
1,00

23 CÓDIGO

24 VALOR - CR\$

25 TOTAL

26 VALOR - CR\$
1,00

AUTENTICAÇÃO

0.301.00000



MINISTERIO DA FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO
DE RECEITAS FEDERAIS - DARF

01 - APOSTILHA, ENDERECO E LOCALIZAÇÃO DO DARF

02 - RESERVADO

03 - RESERVADO

77
97P

05 - NOME COMPLETO DO CONTRIBUINTE
NORTE GÁS BUTANO S/A

06 - ENDERECO (RUA, AVENIDA, PRACA, ETC.)
Av. Rio Branco

07 - CEP
608

08 - BAIRRO OU DISTRITO
NATAL

09 - VALOR
59.000

10 - MUNICIPIO E ESTADO
Natal

11 - SIGLA DA U.F.
RN

12 - EXERCÍCIO
75

13 - COTA OU DUODECÍMO
75

14 - PERÍODO DE APURAÇÃO
733/75

15 - TIPO
733/75

16 - ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA
Custas de Dissídio Coletivo

17 - CÓDIGO
1505

18 - VALOR - CR\$
151,32

19 - OUTRAS INFORMAÇÕES PREVISÍVEIS (V. INSTRUÇÕES)

PODER JUDICIÁRIO — JUSTIÇA DO TRABALHO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

S P O

N.º E ESPÉCIE

733/75

20 - MULTA E/OU JUROS

21 - CÓDIGO

22 - VALOR - CR\$

23 - CORREÇÃO MONETÁRIA

24 - CÓDIGO

25 - VALOR - CR\$

ATENÇÃO: PREENCHA O DARF
A MÁQUINA OU EM LÊXIA DE
FORMA

26 - TOTAL

27 - VALOR - CR\$
151,32

RECLAMANTE(S)

SIND. TRAB. COM. MINERIOS R.G. NORTE

RECLAMADO(A)

NORTE GÁS BUTANO S/A

7 - N.º

000.184

EXPEDIDA EM

13.10.75

RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

Modelo aprovado pelo ato Declaratório n.º 004/75 - ERF (C. I. E. F.) 0029

AUTENTICAÇÃO

015132RNTI



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

Fls. 78
1975

Sr. Presidente:

Por solicitação verbal do
Exmo. Sr. Relator, informo
que a taxa concernente à
perda do poder aquisitivo
real médio, referente ao pe-
ríodo de 18 de junho de
1975 a 29 do corrente é de
11,11%, que somados aos
29,86%, encontrados às fls.
10, perfaz um total de
40,97%, que deverá ser rea-
justado para 41%.

Recife, 29 de outubro de 1975.

Antônio Marcelino Filho

Antônio Marcelino Filho
Mestre do Serviço de Orçamento e Finanças

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. N.º TRT 733/75

CERTIFICO que, em sessão ordinária hoje
realizada, sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz Paulo Cabral
com a presença do representante da Procuradoria
Regional do Trabalho da Sexta Região e dos Exmos. Srs. Juizes Edgar La
cerda (Relator), Clóvis Valença (Revisor), Barreto Campello, Amau
ry Oliveira, Josias Figueiredo e Sebastião Rabelo

resolveu o Tribunal,
por unanimidade, julgar o presente dissídio procedente nas seguin
tes bases: 1ª) A empresa suscitada concederá uma majoração sala
rial de 41% aos integrantes da categoria profissional suscitante,
percentual este que incidirá sobre os salários vigorantes em se
tembro de 1973, com vigência a partir de 1º de setembro de 1974,
compensados os aumentos compulsórios ou espontâneos concedidos
após a data base, excetuadas as hipóteses constantes nas letras
A a E do inciso XVII do Prejulgado nº 38 do Colendo TST; 2ª) A ta
xa de reajustamento do empregado admitido após a data base será
aplicada ao seu salário até o limite do salário reajustado do em
pregado exercente da mesma função, admitido até doze meses ante
riores à data base. 3ª) Nas hipóteses a que se refere a segunda
parte do inciso XIII do Prejulgado nº 38, alterado pela Resolu
ção Administrativa nº 87, será adotado o critério proporcional ao
tempo de serviço, ou seja, 1/12 da taxa de reajustamento decreta
do por mês de serviço ou fração superior a quinze dias, com adi
ção ao salário da época da contratação. Custas calculadas sobre
cinco vezes o salário mínimo regional pela suscitada.

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, 29 de 10 de 1975

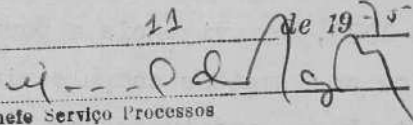
p/ Secretário do Tribunal

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz RELATOR

Recife, 04 de 11 de 1975


Chefe Serviço Processos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

Acórdão - Ementa -

Escapa ao âmbito do dissídio coletivo controvérsia quanto à sucessão de empresas. Dissídio coletivo é meio hábil para se compelir pela força vinculativa da sentença normativa a concessão de reajustamento salarial, constituindo elemento seguro para sua procedência a categoria econômica a que pertence a empresa suscitada.

Verificada a perda do poder aquisitivo real médio durante o curso do dissídio coletivo impõe-se se adicione este percentual encontrado à taxa indicada para o reajustamento salarial.

Vistos, etc.

Suscita o presente Dissídio Coletivo, perante este Egrégio Tribunal, o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte contra a empresa suscitada Norte Gás Butano S/A. O suscitante declara que estava em plena vigência acordo salarial celebrado com empresas semelhantes à suscitada e entre elas Hélio Gás S/A Comércio e Indústria, acordo salarial que tinha a vigência de 1 de setembro de 1973 a 31 de agosto de 1974. Ocorreu que em 31 de dezembro de 1973 a empresa suscitada adquiriu a Hélio Gás S/A - Comércio e Indústria e que em 13 de novembro de 1974 o Conselho Nacional de Política Salarial autorizou reajuste salarial, no percentual de 29,86%, incidente sobre os salários base de setembro de 1973, a vigorar a partir de 1 de setembro de 1974 até 31 de agosto de 1975. A suscitada, a par de não vir cumprindo o acordo salarial vigente, se recusou a firmar novo acordo com a aplicação do índice autorizado, fundamentando sua recusa no fato de nunca ter celebrado acordo -

EM BRANCO

Acórdão - Continuação -

salarial com o suscitante, já que inexistia sucessão, visto que não era sucessora da empresa Hélio Gás S/A - Comércio e Indústria. Pleiteia seja notificada a suscitada para que compareça à audiência de conciliação, propondo seja observado no reajuste salarial a ser concedido o índice de 29,86%, o qual deve incidir sobre os salários vigentes em setembro de 1973, vigorando a partir de setembro de 1974 até 31 de agosto de 1975. Anexou a inicial os documentos necessários: cópia da ata da Assembleia Geral Extraordinária, Edital de convocação, comunicação do Conselho Nacional de Política Salarial.

Autuado o Dissídio suscitado, foi o processo remetido, por força de despacho do Exmo. Juiz Presidente deste Egrégio Tribunal, ao Serviço de Orçamento e Finanças, o qual informou que, em virtude da perda do poder aquisitivo real médio para a categoria suscitante, o percentual a ser observado no reajuste salarial devia ser 32,58%, arredondado para 33%.

Houve delegação de poderes ao Exmo. Sr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, o qual recebendo o processo lhe deu andamento, procedendo notificação da suscitada.

Após adiamento e antes da realização da audiência de conciliação, o Sindicato suscitante requereu juntada de certidão fornecida pela DRT e também de Processo Administrativo, documentos que não tinham sido anexados à inicial. Os referidos documentos comprovavam a infração da suscitada não cumprindo o acordo salarial e a sua recusa em não querer celebrar acordo salarial com o suscitante.

Realizada a audiência de conciliação esta não foi aceita, sendo adiada para sua continuação, com a apresentação da contestação e instrução. Na data designada a suscitada contestou, alegando o que já havia alegado em processo administrativo que tramitou na DRT de Natal. Disse que não celebrara nenhum acordo salarial com o suscitante, que o acordo salarial a que se referira o suscitante só tinha validade para as -

EM BRANCO

Acórdão - Continuação -

partes contratantes, não podendo se estender a quem não fora - parte. Reiterou a sua alegação de que não era sucessora da empresa Hélio Gás S/A - Comércio e Indústria, com fundamento nos mesmos argumentos anteriormente expostos na defesa feita no processo administrativo. Já concedera aumentos espontâneos que su plantavam o percentual de reajuste salarial pleiteado e que em 1 de setembro de 1974, nenhum de seus empregados tinham um ano, pois todos foram admitidos, após receberem todas as indeniza - ções a que tinham direito da empresa adquirida pela suscitada. Não estava, finalmente, obrigada a observar o percentual cons - tante da comunicação do Conselho Nacional de Política Salarial, uma vez que ele se dirigia a outras unidades da federação, cujas condições econômicas, eram diferentes e não podiam ser equipara - das as existentes no Rio Grande do Norte. Devia ser julgado im - procedente o Dissídio Coletivo suscitado, mas para demonstrar - boa vontade contra-propunha que o reajuste salarial, observado - o índice de 32,58% incidisse sobre os salários vigentes em maio de 1974, com vigência a partir de 1 de maio de 1975, compensa - dos todos os aumentos voluntários ou legais.

O Sindicato suscitante, ao mesmo tempo, que requereu a juntada de peças do processo da reclama - ção JCJ-874/75, em que se admitiu a suscitada ser sucessora da Pibigás do Brasil S/A, pediu, também, que se a intimasse a jun - tar documentos mencionados na petição de fls. 44 dos autos. Foi anexado aos autos o documento a que já nos referimos, como se - vê das fls. 45 a 54, mas na audiência realizada, apesar de ter - vista da petição e do documento anexado, deixou de juntar os de - mais documentos, de cuja apresentação foi intimada, encerrando - se a instrução, sendo proferidas as razões finais escritas.

Cumprida a delegação, foi o pro - cesso remetido, tendo a autoridade delegada prestado as informa - ções, constantes das fls. 66 à 69 dos autos, em que salienta o fato de que todos os funcionários das empresas sucedidas pela - suscitada foram demitidos em 31 de dezembro de 1973, e readmiti - dos em 1 de janeiro de 1974, isto mediante transação prejudicial

EM BRANCO

Acórdão - Continuação -

aos empregados, visto que ficaram sem cobertura do teto salarial autorizado pelo órgão público competente, no período de outubro de 1974 a maio de 1975.

Ouvida a douta Procuradoria Regional, esta opina que foram satisfeitas todas as formalidades legais. Emitiu, o douto parecer, considerações em que diz ter existido acordo salarial entre o suscitante e as empresas componentes da respectiva categoria econômica e que era evidente que o cumprimento do referido acordo podia ser pleiteado através de reclamação individual, mas que era lícito, ou melhor, meio hábil a instauração do Dissídio Coletivo. Admitiu que só a Justiça do Trabalho poderá, mediante sentença normativa, dirimir a matéria com força vinculativa. Referindo-se a questão da sucessão levantada pela suscitada, admitiu ser irrelevante e escapava ao âmbito do presente dissídio, interessando muito mais se saber se a suscitada se inclui entre as empresas distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo. Finalmente, admitindo esta inclusão opina pela procedência da inicial, atendidas as condições constantes da comunicação do Conselho Nacional de Política Salarial, ficando esclarecido que devem ser compensadas as majorações previstas em lei, as quais são as espontâneas e também as compulsórias.

Havendo decorrido novo período - que implicava em nova perda do poder aquisitivo, foi solicitada informação ao Serviço de Orçamento e Finanças o qual informou - que entre 18 de junho de 1975 a 29 de outubro do mesmo ano a perda do poder aquisitivo foi de 11,11%, percentual que adicionado ao de 29%, perfaz o total de 40,97% que deverá ser arredondado para 41%.

É o relatório.

V O T O:

A suscitada é empresa distribuidora de gás liquefeito e de petróleo, integrando esta categoria-

EM BRANCO

Acórdão - Continuação -

econômica. Isto é o que interessa, como muito bem salientou o douto parecer da Procuradoria Regional. A questão da sucessão, ponto controvertido, foge ao âmbito do dissídio coletivo, daí não ter importância na solução do caso em julgamento. É bom que se afirme que é muito duvidosa a tese defendida pela suscitada, quer quanto ao aspecto jurídico como também do ponto de vista dos fatos. O douto parecer da Procuradoria Regional, neste aspecto, tem toda a nossa concordância.

Induscitável, também, é o fato da integração da suscitada na categoria econômica a que se refere o documento de fls. 9 dos autos. Não pode, sem dúvida nenhuma, se admitir não esteja a suscitada integrada na referida categoria, pois sua denominação indica e confirma se tratar de empresa distribuidora do gás liquefeito.

Recusando-se a cumprir acordo salarial pre-existente e não querendo celebrar outro acordo salarial, o único meio ao alcance do suscitante era a instauração do presente dissídio para compelir a suscitada a conceder o reajustamento salarial, agora pela força vinculativa da sentença normativa.

Assim, somos pela procedência do presente dissídio, acrescendo-se ao percentual encontrado a taxa referente à perda do poder aquisitivo real médio, devendo o índice, a ser aplicado no reajustamento salarial, de 41%, incidir sobre os salários vigentes em setembro de 1973, com vigência a partir de 1 de setembro de 1974 até 31 de agosto de 1975.

Acordam os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, julgar o presente dissídio procedente nas seguintes bases: 1ª) A empresa suscitada concederá uma majoração salarial de 41% aos integrantes da categoria profissional suscitante, percentual este que incidirá sobre os salários vigorantes em setembro de 1973, com vigência a partir de 1º de setembro de 1974, compensados os aumentos compulsórios ou espontâneos concedidos após a data base,

EM BRANCO

Acórdão - Continuação -

excetuadas as hipóteses constantes nas letras A a E do inciso - XVII do Prejulgado nº 38 do Colendo TST; 2ª) A taxa de reajustamento do empregado admitido após a data base será aplicada ao - seu salário até o limite do salário reajustado do empregado e - xercente da mesma função, admitido até doze meses anteriores à data base. 3ª) Nas hipóteses a que se refere a segunda parte do inciso XIII do Prejulgado nº 38, alterado pela Resolução Admi - nistrativa nº 87, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, ou seja, 1/12 da taxa de reajustamento decretado - por mês de serviço ou fração superior a quinze dias, com adição ao salário da época da contratação. Custas calculadas sobre cin - co vezes o salário mínimo regional pela suscitada.///

Recife, 29 de outubro de 1975

Paulo Cabral de Melo

Presidente

Edgar da Silva Lacerda

Relator

Procurador

mjba/

SECRET-NO-11-10-10

1944

EM BRANCO

[Handwritten signature]

SECRET



86
A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE

PUBLICAÇÃO

Pelo ofício nº 261 / 75

As conclusões e a ementa do acórdão foram
remetidas para publicação oficial.

Em 24 / 11 / 75

Am

Chefe do Serviço de Acórdãos e Traslados

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA

CERTIFICO que a conclusão do acórdão retro foi
publicada no Diário da Justiça do dia 10 de
dezembro de 1975. O referido é verdade; deu
fe. Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho
da Sexta Região de dezembro de 1975. Eu,
G. M. Oliveira
Oficial Judiciário, lavrei a presente. E eu,
Diretor Geral da Secretaria, subscrevi.

JUNTADA

Nesta data faço junta-la a êstes autos

Do Processo ordinário nº

de nº

Rua 18 de 12 de 1º 21.

4-1-12-17.

Chefe Serviço de Processos

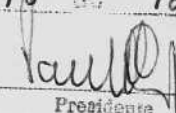
87

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, da 6ª Região

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	
6.ª REGIÃO	
PROTOCOLO	6636
LIVRO 95	FOLHA 03
Recife, 18. 12. 75	
Clotilde Lencina	
ENC. DO PROTOCOLO	

J. CONCLUSOS

Recife, 18 de 12 de 75


Presidente

NORTE GÁS BUTANO S/A, nos autos do Dissídio Coletivo (Proc. TRT-733/75) em que é suscitada, sendo suscitante o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, não se conformando, data venia, com a respeitável decisão desse Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, interpõe RECURSO ORDINÁRIO, com fundamento na disposição do Art. 895, alínea "b", da Consolidação das Leis do Trabalho, pedindo a V.Excia. encaminhar o processo ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, preenchidas as formalidades legais.

Pede deferimento

Recife, 18 de dezembro de 1975.

NORTE GÁS BUTANO S/A.

EM BRANCO



brasil gás

Norte Gás Butano S.A.

FILIAIS:

AV. MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS, 2414
Telef.: "BUTANO" - Fones: 26-0377 - 26-0053 - 26-0038
C. G. C. 07.205.768/0019 - C. G. F. 180.158.481
RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL

88
PB

RECORRENTE: NORTE GÁS BUTANO S/A

RECORRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RAZÕES DO RECURSO

PELA RECORRENTE

Colendo Tribunal Superior do Trabalho:

1 - A Recorrente pede que se considerem como partes integrantes destas razões, todas as alegações que produziu na esfera administrativa (fls. 26/30) e na fase judicial (fls. 39/43 e 64/66), acrescendo, ainda, as seguintes observações:

2 - Diz-se no acordão que, por ser a suscitada empresa distribuidora de gás liquefeito e de petróleo, integra a categoria econômica a que se refere o documento de fls. 9, do Conselho Nacional de Política Salarial, e, desse modo, não pode se excluir da obrigação de conceder o aumento ali determinado.

Todavia, a resolução referida não é fonte dessa obrigação. É uma simples "autorização". E, por outro lado, não consta qual - quer acordo em que a Recorrente tenha sido parte.

3 - Por outro lado, afirma-se no acordão que "a questão da sucessão, ponto controvertido, foge ao âmbito do dissídio coletivo, daí não ter importância na solução do caso em julgamento" (fls. 84). Ora, conforme está suficientemente esclarecido na contestação, a inexistência da sucessão é aspecto importante, tendo sido assim, relegado a plano inferior pelo Tribunal Regional, marcando a decisão de nulidade, pela falta de apreciação de fato e direito, alegados no processo.

Diante do exposto, espera a Recorrente que esse Colendo Tribunal dê provimento ao recurso, por ser isso de extrita

JUSTIÇA

Recife, 18 de dezembro de 1975
NORTE GAS BUTANO S/A.

MATRIZ:
Fortaleza - CE

FILIAIS:
PARAIBA: João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, - RIO GRANDE DO NORTE: Natal - ALAGOAS, Maceió - CEARÁ: Juazeiro do Norte, Sobral - MARANHÃO: São Luiz - PIAUÍ: Teresina

Monte Das Butano 2.4



Brasil 1980

AV. MARINHA, 111 - JARDIM DE NOBRES, 214
Tel.: 20 0371 - 20 0372 - 20 0373
Fax: 20 0374 - 20 0375 - 20 0376
CNPJ: 06.708.000/0001-00 - 06.708.000/0002-00
CNPJ: 06.708.000/0003-00 - 06.708.000/0004-00

RECORRENTE: MONTE DAS BUTANO S/A
RECORRIDO: MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO
OBJETO: RECURSO EM DESACORDO COM O ACÓRDÃO DE 1979

PAÍS DO RECURSO

PAÍS RECORRENTE

Colômbia Tribunal Superior do Trabalho

1 - O presente caso, que se considera como parte inde-
grada desta seção, refere-se a alegações de que a empresa recorrida
trabalha (R\$ 20,30) e não a oficial (R\$ 20,30 e 24,30), portanto -
tanto, ainda, as seguintes condições:

2 - Não se no acordo por ser a sociedade empresa de
tributação de que depende a de prestação de serviços econômicos
na a que se refere o documento de R\$ 2, do qual a sociedade de R\$ 2
de R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder
o aumento de R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder

3 - Por outro lado, afirma-se no acordo que "a questão de
R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder
o aumento de R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder

4 - Por outro lado, afirma-se no acordo que "a questão de
R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder
o aumento de R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder

5 - Por outro lado, afirma-se no acordo que "a questão de
R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder
o aumento de R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder

6 - Por outro lado, afirma-se no acordo que "a questão de
R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder
o aumento de R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder

7 - Por outro lado, afirma-se no acordo que "a questão de
R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder
o aumento de R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder

8 - Por outro lado, afirma-se no acordo que "a questão de
R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder
o aumento de R\$ 2, e, dessa forma, não pode se excluir a obrigação de conceder



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

89
100

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz PRESIDENTE

Recife, 18 de 12 de 1975

W. P. Aguiar
Chefe Serviço de Processos

*Declaro o acórdão. Intitulado - 2
o acórdão favor, julgado, e por
cabeço - razão.*

*Recife, 19.12.75
W. P. Aguiar*

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE

Not. TRT - SPO nº 116/75

2º
B

Recife, 19 de dezembro de 1975

Sr. Presidente:

Pela presente, fica V. Sa. notificada de despacho de Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal, no processo T.R.T. nº 733/75 - Dissídio Coletivo - entre partes: Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte, Suscitante e, Norte Gás Butano S/A., Suscitado, despacho esse do teor seguinte:

"...Recebe o recurso. Notifique-se o recorrido para, querendo, oferecer contra-razões. Rec., 19/12/75, as: Paulo Cabral de Mello - Juiz Presidente".

Esclareço a V. Sa. que o despacho supra foi exarado no Recurso Ordinário interposto pelo Suscitado, Norte Gás Butano S/A.

Atenciosamente,


Marcelo Rego Barros
Chefe do Serviço Processos

Ilmo. Sr.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte.

Praça André de Albuquerque - 4 -
Natal - RN

JUNTADA

Nesta data faço juntada a estes autos
Das contra-razões do Recurso
ordinário que se segue

Recife, 06 de 01 de 1976

cy - - P. de N. B.
Chefe Serviço de Processos

Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Estado do Rio G. do Norte

Fundado em 28 de Agosto de 1965, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 28 de Setembro de 1966, sob n.º 163.469

Casa do Trabalhador: Praça André de Albuquerque, 4-C. Alta
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE



RECURSO ORDINARIO TRABALHISTA

Proc. 733/75

Recorrente: NORTE GÁS BUTANO S/A

Recorrido: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS,
COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ES-
TADO DO RIO GRANDE DO NORTE

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	
6.ª REGIÃO	
PROTOCOLO	92
LIVRO	96 FOLHA 24
Recife,	06. 01. 76
<i>Colêdo Louren</i>	
ENC. DO PROTOCOLO	

Contrarrazões pelo recorrido

Nos autos.

Re. 06 de 01 de 1976

COLENDO TRIBUNAL:

Presidente do TRT
6.ª Região

PRELIMINARMENTE - O presente recurso deve ser considerado deserto, uma vez que, condenada a pagar as custas, a recorrente não realizou o pagamento no prazo de cinco (5) dias da interposição do recurso, infringindo o disposto no § 4º do art. 789 da Consolidação das Leis do Trabalho.

No MÉRITO a decisão não merece reforma. Nenhum argumento novo foi trazido pela recorrente, nas razões do recurso. A não ser que se considere como argumento de ordem jurídica a alegação de que, constituindo a resolução do Conselho Nacional de Política Salarial uma mera "autorização" para reajustamento de salários, não existe amparo legal para a decisão do Tribunal Regional, que julgou procedente o dissídio coletivo.

A inusitada afirmação da recorrente contraria a alínea "a" do inciso I do art. 678 da Consolidação, que firma a competência dos Tribunais Regionais do Trabalho para julgar originariamente dissídios coletivos, bem como os arts. 856 a 871 consolidados, que regulam o processo daquelas ações trabalhistas.

Tudo leva a crer que a recorrente, desprezando o texto da lei, por lhe ser contrário, procurou encontrar apoio à sua tese na jurisprudência. Mas o fez de maneira apressada, pois a Justiça do Trabalho é incompetente "para homologação de acordos coletivos extrajudiciais", segundo consta do prejulgado nº 38 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Insurge-se também a recorrente contra o acordo, que teria deixado de apreciar matéria de fato e de direito, ao não dar relevância à controvérsia sobre sucessão de empresas.

É verdade que o acordo recorrido considerou "muito duvidosa a tese defendida pela suscitada, quer quanto ao aspecto jurídico como também do ponto de vista dos fatos", o que não deixa de constituir uma apreciação do que foi alegado pela suscitada no processo. Apenas o Tribunal Regional não julgou procedente o dissídio coletivo

EM BRANCO

Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios, Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Estado do Rio G. do Norte

Fundado em 28 de Agosto de 1955, e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 28 de Setembro de 1956, sob n.º 163.469

Casa do Trabalhador: Praça André de Albuquerque, 4-C. Alta
RIO GRANDE DO NORTE



92
B

- 2 -

por ter havido sucessão trabalhista por parte da suscitada, e sim porque era competente para fazê-lo, em face do que dispõe a lei e tendo em vista a recusa da suscitada em celebrar acordo salarial com o suscitante.

Diante do exposto, espera o recorrido que, caso conhecido o recurso, seja ao mesmo negado provimento.

Recife, 6 de janeiro de 1976.

EDSON LEMOS DE LUCENA

Advogado - Inscrição 143 na O.A.B. RN

C.I.C. 003489374

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Livro 97

Fls. 42

N.º de ordem 26.142

TRASLADO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
NATAL

SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃES SUBSTITUTAS

Ridete Emilce W. Valente - (C. I. C. 003486434) - Iaponira Medeiros do Nascimento - (C. I. C. 019956694)
Rua Dr. Barata, 196 - Fone: 2-2220

23
[assinatura]

Procuração bastante que faz(em) BINDICATÓ DOS TRA-

BALHADORES DO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTIVEIS MINERAIS E SOLVENTE DE
PETROLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE., na forma abaixo:-

SAIBAM os que este público Instrumento de Procuração bastante virem que, no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e setenta e seis -

(1 9 7 6) aos dois (02) dias do mês de janeiro - /
nesta cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, perante mim tabeliã compareceu(ram) como outorgante(s) SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE MINE-

RIOS, COMBUSTIVEIS MINERAIS E SOLVENTE DE PETROLEO DO RIO GRANDE DO NOR-
TE, com sede em Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, representado neste ato, por seu Presidente, o Sr. JOSE PINTO RODRIGUES, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta capital, e/
portador do CPF nº 010848954-04;

[assinatura]

reconhecido(s) como o(s) próprio(s) de mim, escrevente, e pelas duas testemunhas abaixo assinadas, minhas conhecidas do que dou fé, perante as quais por ele(s) foi dito que, por este Público Instrumento, nomeava(m) e constituía(m) seu(s) bastante(s) procurador(es) Bacharel
EDSON LEMOS DE LUCENA, brasileiro, casado, advogado, com escritório nesta capital, inscrito na O.A.B.-RN, a quem concede poderes para entabolar negociações com o sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo Sindigas, visando ao estabelecimento de Convenção Coletiva de Trabalho e ainda para instaurar dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, para o que concede o Outorgante poderes da Cláusula "ad-judicla" e os de desistir, transigir, firmar compromisso, inclusive Substabelecer.-ASSIM o disse do que dou fé e me pediu este instrumento que lhe li aceitou e assina com as testemunhas abaixo: Alexandre/
José de Figueiredo Valente e José Gomes Alves, brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta capital. Eu, Maria Auxiliadora da Silva -

Silva Henrique Alves, escrevente autorizada à escrevê. Subcrevo, dato
e assino. "atal, 02 de janeiro de 1976. Em test^o(sinal) da verdade (a)
Ridete Emilce W. Valente, Tabela Substituta. Natal, 02 de janeiro de/
1976. (a.a.) JOSÉ PINTO RODRIGUES.-Alexandre José de Figueiredo Valente.-
José Gomes Alves." E RA o que se continha em dita prôcuração que bem e
fielmente trasladei do próprio original ao qual me reporto e dou fé. ...
-Eu, [assinatura], Tabela Substituta, fiz datilografar a presente, subs
crevo, dato e assino. [assinatura]

2º. OFÍCIO DE NOTAS
PAUL MESQUITA-TABELIAO
(C.I.C. 005125764)
Iaponira Medeiros do Nascimento
(C.I.C. 018558894)
Ridete Emilce W. Valente
(C.I.C. 003486484)
SUBSTITUTAS
Rua Dr. Barata, 186 - Tel.: 12-48
Natal - R. - Norte

Natal, 02 de janeiro de 19 76

Em test.^o [assinatura] da verdade.

Ridete Emilce W. Valente
Ridete Emilce W. Valente
SUBSTITUTA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

94
90.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz PRESIDENTE

Recife, 06 de 01 de 1976

u - P. O. Aguiar

Chefe Serviço de Processos

Subam os autos à superior
instância.

Recife, 06 / 01 / 76

u - P. O. Aguiar
JUIZ PRESIDENTE
T.R.T. 6ª Região

REMESSA

*Nesta data faço remessa destes autos ao
Tribunal Superior do Trabalho.*

Recife, 06 de 01 de 1976

u - P. O. Aguiar

p/ Diretor Geral da Secretaria do T. R. T. da 6a. Região

EM BRANCO

MP
Serviço de Cadastamento Processual



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 6.ª REGIÃO

95
STP

Protocolo 01
Livro P.D. Folha 50
Proc. _____ Classe _____
Recife, 08-01-76
M. L. A. Cavalcanti
Enc. do Protocolo

Recebimento

Nesta data, foram recebidos os presentes
autos e remetidos pelo Director Geral da
Secretaria do T.R.T. da 6.ª Região
Recife, 08 de fevereiro de 19 76
M. L. A. Cavalcanti
Enc. do Protocolo

Termo de Revisão de Folhas

Contém estes autos, 95 folhas, todas numeradas
Do que, para constar, lavro este termo, aos 08
de fevereiro de 19 76
M. L. A. Cavalcanti
Enc. do Protocolo

EM BRANCO

MP
Serviço de Cadastro Processual

96
73

TÉRMO DE AUTUAÇÃO

Aos 16 dias do mês de Janeiro
de 1976, autuei o presente recurso ^{ORDINÁRIO} de revista o qual tomou o
N.º RO-DX-18/76

Jorge Borges

TERMO DE REVISÃO DE FÔLHAS

Contêm estes autos 96 folhas, todas
numeradas, do que, para constar, lavro este termo, aos 16
dias do mês de Janeiro de 1976.

Jorge Borges

REMESSA

Aos 16 dias do mês de Janeiro
de 1976, faço remessa destes autos ao Dr. Procurador Geral da
Justiça do trabalho. Do que, para constar, lavrei este termo.

Jorge Borges

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certifico que o Dr. Procurador Geral, em audiência pública de 29/01/76, distribuiu o presente processo ao Procurador Dr. _____

Em 29/01/76

Cald. L. R.

CHEFE DA S.D.



97
P

TST-RO-DC-18/76

RECORRENTE : Norte Gás Butano S/A.

RECORRIDO : Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Mi-
nérios, Combustíveis Minerais e Solventes de
Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte.

Como o presente recurso não objetiva a modifi-
cação de percentual de aumento, não há nada a ser apreciado
por este Serviço.

Encaminhe-se ao Serviço de Cadastramento Pro-
cessual.

SEEE, em 20 de janeiro de 1976.

Rudyard Starling Soares
Diretor

ENTREGUE AO DR. PROCURADOR
GUANABARA, 05/02/76
J.R. Jones
REPRESENTAÇÃO DA PQ-JT



TST-RO-DC-18/76 - 6ª Reg.

LG/AMGM

RECORRENTE: - NORTE GÁS BUTANO S/A
RECORRIDO : - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE
MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVEN -
TES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE.

P A R E C E R

Preliminarmente, somos pelo não conhecimento do apelo por deserção, de vez que, o recorrente, não cumpriu o disposto no § 4º do art. 789 da CLT.

O Eg. Tribunal Regional dando procedência ao presente dissídio aplicou o índice de 41% (quarenta e um) por cento a ser aplicado no reajuste salarial do suscitante e com vigência a partir de 1 de setembro de 1974 até 31 de agosto de 1975.

Quanto ao fato de a recorrente ser ou não sucessora de uma das empresas não cabe sua apreciação no âmbito do Dissídio Coletivo. O importante é que a empresa se inclui entre as distribuidoras de Gás liquefeito de Petróleo conforme Resolução nº 383/74 do CNPS.

Assim, o Eg. Tribunal Regional no v. acórdão atacado bem decidiu a lide de modo a não prejudicar os direitos salariais da categoria profissional em tela.

Concluindo, somente a Justiça do Trabalho poderia através de sentença normativa decidir sobre a matéria do reajustamento salarial da classe suscitante e o fez com acerto, pelo que, opinamos seja negado provimento ao apelo, se conhecido.

É o nosso parecer.

Rio, 12 de fevereiro de 1976.

Lauro da Gama e Souza
LAURO DA GAMA E SOUZA

Procurador

Com o parecer incluso, faço remessa des-
tes autos ao Colendo Tribunal Superior do
Trabalho.

Em 10.03.76

CHEFE DA S.D.

R.O.D.C. 18/76
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

99
38

À DISTRIBUIÇÃO

Em, 15 de MARÇO de 1976

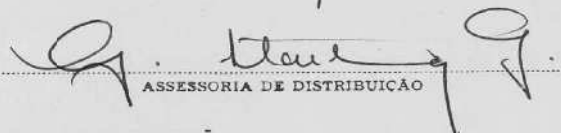

MINISTRO - PRESIDENTE

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Sorteado Relator o Ex.^{mo} Sr. Ministro LOMBA FERRAZ

Designado Revisor o Ex.^{mo} Sr. Ministro ORLANDO COUTINHO

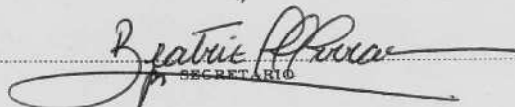
Em, 15 de MARÇO de 1976


ASSESSORIA DE DISTRIBUIÇÃO

CONCLUSÃO

Nesta Data, faço estes autos conclusos ao Ex.^{mo} Sr. Relator.

Em, 15 de março de 1976


SECRETÁRIO

VISTO

Em, 3 de abril de 1976


RELATOR

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Ex.^{mo} Sr. Revisor.

Em, 5 de abril de 1976


SECRETÁRIO

VISTO

Em, de de 19

REVISOR

Face ao término do mandato do Exmº Sr.
Ministro *Delampra... Coutinho*
faço conclusos, nesta data os presentes autos ao Exmº Sr. Ministro
..... *Reginaldo. Mouton. de Souza*, na forma
do artigo 59, § 1º do Regimento Interno.

Em 23 / 4 / 1976

Reginaldo Mouton de Souza

VISTO

Em 28/4/1976

[Signature]

JUNTADA

Juntei ao processo o documento
de fls. 101/102, protocolado
sob o n.º 3156/76.
STP, 29 de abril de 19 76

Zenete P. Pina

PJ-TS
RECORRIDO POR M

106

ADVOCACIA TRABALHISTA OBREIRA

- 1 ABR 76 003156

Ulisses Riedel de Resende
Sid H. Riedel Figueiredo
Rubem José da Silva
Cléa Seabra Alves
Dalva Soares Guimarães,



68

EXMO. SR. DR. MINISTRO PRESIDENTE DO
COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

AO SR. MINISTRO RELATOR

Brasília, 514 1976.

Presidente do T.S.T.

TST-RO-DC- 18/76

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Minérios,
Combustíveis Minerais e Solventes de Petróleo do Es-
tado do Rio Grande do Norte.

nos autos da reclamatória trabalhista em que contende com
Norte Gas Butano S/A.

vem, respeitosamente, requerer a V. Exa. se digne deter-
minar a juntada do substabelecimento em anexo, solicitan-
do, ainda, que, na forma da lei, sejam feitas as publicações
com o nome do advogado que subscreve a presente.

Termos em que
Pede deferimento

Brasília, 31 de março de 1976.

p. p.

ULISSES RIEDEL DE RESENDE.

Adv. Insc. 968-OAB-DF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Livro.....97
Fls.....m 42
No. de ordem 26.142

~~BRASILIANO~~

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

NATAL

CERTIDÃO

SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃS SUBSTITUTAS

Ridolo Emílio W. Valente - (C. I. C. 003486434) - Iaponira Medeiros do Nascimento - (C. I. C. 019956694)

Rua Dr. Barata, 196 - Fone: 2-2220

Procuração bastante que faz(em) SINDICATO DOS TRA-

BALHADORES DO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS

E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, na forma abaixo:-

SAIBAM os que este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, no Ano do Nasci-

mento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e s e t e n t a e s e i s -

(1 9 7 6) aos d o i s (0 2) dias do mês de j a n e i r o - -

nesta cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, perante mim tabeliã compa-

receu(ram) como outorgante(s) SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE MINE-

RIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTE DE PETRÓLEO DO RIO GRANDE DO NOR-

TE, com sede em Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, repre-

sentado neste ato, por seu Presidente, o Sr. JOSE PINTO RODRIGUES, bra-

sileiro, casado, comérçário, residente e domiciliado nesta capital, p-

portador do CPF nº 010848954-04;

reconhecido(s) como o(s) próprio(s) de mim, escrevente, e pelas duas testemunhas abaixo assinadas, minhas conhecidas do que dou fé, perante as quais por ele(s) foi dito que, por este Público Instrumento, nomeava(m) e constituía(m) seu(s) bastante(s) procurador(es) Bacharel

EDSON LEMOS DE LUCENA, brasileiro, casado, advogado, com escritório nes

ta capital, inscrito na O.A.B.-RN, a quem concede poderes para entabo-/

lar negociações com o sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de

Gás Liquefeito de Petróleo Sindigas, visando ao estabelecimento de Con-

venção Coletiva de Trabalho e ainda para instaurar dissídio coletivo na

Justiça do Trabalho, para o que concede o Outorgante poderes da Cláusu-

la "ad-judicia" e os de desistir, transigir, firmar compromisso, inclu-

sive Substabelecer.-ASSIM o disse do que dou fé e me pediu este instru-

mento que lhe li aceitou e assina com as testemunhas abaixo: Alexandre-

José de Figueiredo Valente e José Gomes Alves, brasileiros, casados, re-

sidentes e domiciliados nesta capital. Eu, Maria Auxiliadora da Silva -

Silva Henrique Alves, escrevente autorizada à escrevê. Subscrovo, dato e assino. Natal, 02 de janeiro de 1976. Em test^o (sinal) da verdade (a) - Ridade Emilce W. Valente, Tabela Substituta. Natal, 02 de janeiro de 1976. (a.a.) JOSÉ PINTO RODRIGUES.-Alexandre José de Figueiredo Valente.- José Gomes Alves." E R A o que se continha em dita proucuração que bem e fielmente trasladei do próprio original ao qual me reporto e dou fé. D A D A e passada nesta cidade do Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, em o segundo Ofício de Notas, aos seis (06) dias do mês de fevereiro de ano de mil novecentos e setenta e seis (1976). Eu, [assinatura], Tabela Substituta, fiz datilografar a presente certidão, achei conforme subscrevo, dato e assino.

2º. Ofício de Notas
PAUL MESQUITA-TABELIÃO
(C.I.C. 008125764)
Japoneiro Medeiros do Nascimento
(C.I.C. 019966694)
Ridade Emilce W. Valente
(C.I.C. 003486434)
SUBSTITUTAS
Rua Dr. Barata, 186 - Tel. 12-48
Natal - R. - Norte

Natal 06 de fev de 19 76
Em test.^o [assinatura] da verdade.
Ridade Emilce W. Valente
Ridade Emilce Wanderley Valente
SUBSTITUTA

06-02-76

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço na pessoa do Bel. ULISSES RIEDEL DE RESENDE, brasileiro, advogado, inscrito na O.A.B. DF, com escritório na cidade de Brasília, os poderes que me foram conferidos na presente procuração, sem qualquer reserva.
Natal, 15 de março de 1976.

[assinatura]
EDSON LEMOS DE LUCENA

Advogado - Inscrição 143 na O.A.B. RN
Endereço - Rua Apodi, 221 - NATAL RN
C.I.C. 003489374

2º. Ofício de Notas
Raimundo Barros Cavalcanti
Dione de Almeida
José Carlos Costa
Rua João Pessoa, 91
Natal - R. - Norte

[assinatura]
Edson Lemos de Lucena

Natal, 18/03/1976

Em test. suntuo. da verdade

O TABELIÃO PÚBLICO



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo N.º RO-DC-18/76

CERTIFICO que o Tribunal Superior do Trabalho, em sessão plena, hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo resolvido, sem divergência, rejeitar a preliminar de deserção e negar provimento ao recurso.

Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Senhor Minis
tro Luiz Roberto de Rezende Puech.

/TJ

Tomaram parte no julgamento os seguintes Srs. Ministros:

Lomba Ferraz, Reginaldo Medeiros, Nelson Tapajós, Hildebrando Bisaglia, Fortunato Peres Júnior, Lima Teixeira, Raymundo de Souza Moura, Renato Gomes Machado, Leão Velloso, Barata Silva, Coqueijo Costa e Ary Campista.

OBSERVAÇÕES:

PROCURADOR: Doutor Alcides Nunes Guimarães

ADVOGADO DO RECORRIDO: Doutor Ulisses Riedel de Resende

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Brasília, 17 de maio de 1976
Rio de Janeiro, 17 de maio de 1976

Naurid Clavero Lobo

Secretário do Tribunal

Naurid Clavero Lobo

204
✓
2

REMESSA

Nesta data faço a remessa dos presentes
autos à S.A., para os fins de dirêito.

Em 18/5/76

Isaura da Glória Fomaca
p SECRETÁRIO DO TRIBUNAL

JUNTADA

Juntei ao processo o acórdão
de fls. 185/186 de 1974
S.A. de 1974



105

ACÓRDÃO

(Ac. TP-673/76)

HLF/MSDS

PROC. nº TST-RO-DC-18/76

As custas devem ser expressamente fixadas na sentença.

Não cabe, em dissídio coletivo, discussão sobre sucessão trabalhista.

Recurso ordinário a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo nº TST-RO-DC-18/76, em que é Recorrente NORTE GÁS BUTANO S/A e Recorrido SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS, COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SOLVENTES DE PETRÓLEO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

No recurso oposto à sentença normativa, pela Suscitada, esta se reporta às razões e alegações apresentadas no juízo trabalhista da cidade de Natal, dada a delegação outorgada pelo Col. 6º Regional. Lá encontram a sustentação de que a recorrente não é sucessora da empresa HELIOGÁS S/A porque, ao adquirir esta, indenizou todos os empregados que lá encontrou. Alega, também, que, em outubro de 1974, concedeu um aumento espontâneo aos seus empregados, não estando obrigada a reajustar os salários em razão de a HELIOGÁS S/A estar obrigada por acordo anterior. Sustenta a nulidade do acórdão regional por omissão da matéria.

Julgando o dissídio coletivo (fls. 80/85), o Tribunal a quo assentou:

"Escapa ao âmbito do dissídio coletivo controvérsia quanto à sucessão de empresas. Dissídio coletivo é meio hábil para se compelir pela força vinculativa de sentença normativa a concessão de reajustamento salarial, constituindo elemento seguro para sua procedência a categoria econômica a que pertence a empresa suscitada.

Verificada a perda do poder aquisitivo real médio durante o curso do dissídio coletivo, impõe-se se adicione este percentual encontrado à taxa indicada para reajustamento salarial."

Recurso contra-razoado (fls. 91/92), com preliminar de deserção.

A d. Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho opina pelo não conhecimento ou, se ultrapassa -



106

PROC. nº TST-RO-DC-18/76

ultrapassada esta fase, pelo não provimento (fls. 98).
É o relatório.

V O T O

Rejeito a preliminar de deserção, porquanto, embora condenando a Suscitada nas custas, o Col. Regional não as fixou, deixando de observar o disposto no § 2º, do artigo 832 da CLT, verbis:

"A decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida."

Dando por ultrapassada esta arguição, conheço do recurso, porque não cabe à parte calcular as custas.

Entretanto, nego provimento. O cnfo que regional do problema foi correto, desviando-se do que lhe não cabe discutir em dissídio coletivo - a sucessão -, o que, aliás, é irrelevante, porque a recorrente, por pertencer à categoria econômica das empresas distribuidoras de gás liquefeito e de petróleo, tem legitimatio ad causam passiva.

Bem posicionada a questão no r. acórdão recorrido, que se sobrepõe aos argumentos da recorrente:

"Recusando-se a cumprir acordo salarial pre-existente e não querendo celebrar outro acordo salarial, o único meio ao alcance do suscitante era a instauração do presente dissídio para compelir a suscitada a conceder o reajustamento salarial, agora pela força vinculativa da sentença normativa." (fls. 84)

Não há, por conseguinte, qualquer nulidade no acórdão e, muito menos, por não ter apreciado fato e direito alegados, como diz a recorrente.

Isto posto:

ACORDAM os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, sem divergência, rejeitar a preliminar de deserção e negar provimento ao recurso.

Brasília, 17 de maio de 1976.

Presidente

Luiz Roberto de Rezende Puech

Henrique Lomba Ferraz Relator

Ciente: Alcides Nunes Guimarães Procurador

PUBLICAÇÃO

Certifico que a seguinte obra foi publicada
na "Revista de Jurisprudência" de 1988, tomo 10,
de 30 de 8 de 76

Alcides Nunes Guimarães
O. 221.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

104
CR

Transmita-se ao Serviço de
Recursos.

Em 20.8.76
[Assinatura]

REMESSA

Ao SC. para certificar se foi interposto recurso
da decisão do 11.ª

16.3.76
[Assinatura]

S. CADASTRAMENTO PROCESSUAL
Recebido hoje

Certidão e Remessa

Certifico que, até esta data, não foi inter-
posto qualquer recurso, por isso que faço remes-
sa dos autos ao TRT 6ª região e, para
constar, lavro este termo.

T.S.T., 16 / 9 / 1976

[Assinatura]
Diretor do S. C. P.

Termo de Revisão de Folhas

Conto estes autos 1081v folhas, todas numeradas

Do que, para consta, livro e termo, aos 22

de 09 de 10 de 86

Nadin Bezerra

Serviço de Cadastro e Arquivo Oficial



108

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr. Juiz PRESIDENTE

Recife, 22 de 09 de 1976

4-pangy.

Chefe Serviço de Processos

ARQUIVE-SE

Recife, 22 de 09 de 76

Presidência

REMESSA

NESTA DATA FAÇO REMESSA DESTES AUTOS
AO Serviço de Arquivo

RECIFE, 22 DE 09 DE 1976

4-pangy.
Diretor do Serviço de Processos do TRT
da 6ª Região

